

ELEIÇÕES 2022

UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA O RIO DE JANEIRO



GOVERNADOR

CYRO GARCIA
SAMANTHA GUEDES
VICE

16





ELEIÇÕES 2022

UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA O RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

- 10** **1. Rio de Janeiro: um posto avançado da decadência econômica, do retrocesso nos direitos e da barbárie capitalista**
- 11** O Brasil no contexto da crise mundial
- 12** Rio de Janeiro: fome, miséria e as mais altas taxas de desemprego do país
- 13** O estado mais decadente de um país decadente
- 14** Um Estado pioneiro nas privatizações
- 15** A crise financeira e o regime de recuperação fiscal
- 17** A dependência da indústria extractiva de petróleo
- 18** A riqueza do Estado nas mãos de uma dúzia de bilionários
- 19** Um dos piores sistemas de transporte do Brasil e do mundo
- 22** Educação e saúde: um projeto de precarização e privatização
- 32** O problema da violência
- 33** A violência do Estado

- 37** Os negócios capitalistas Illegais
- 37** O narcotráfico
- 39** As milícias
- 40** As milícias e o narcotráfico
- 41** Os Crimes Comuns (roubo de rua e roubo de veículo)
- 42** Meio ambiente
- 44** Saneamento básico e recolha e tratamento de lixo
A Baía da Guanabara
- 45** A Bacia Hidrográfica do Guandu
- 46** Os problemas ambientais causados pela indústria
- 47** REDUC e REFIT
- 47** Termelétricas em Macaé - Norte fluminense
- 48** Indústria metalúrgica e siderúrgica na região sul fluminense
- 48** Usina nuclear de Angra dos Reis
- 48** Milícias e o meio ambiente

- 49** Racismo no Rio de Janeiro
- 51** A situação das mulheres trabalhadoras
- 53** Situação das LGBTIs no Rio de Janeiro
- 55** Juventude trabalhadora condenada pela fome, miséria ou bala
- 56** População idosa condenada ao abandono
- 57** Crise política no estado e a ultradireita
- 58** A crise da representação burguesa tradicional e o governo Claudio Castro
- 59** Freixo e a Frente Ampla não podem resolver os problemas do RJ
- 62** **2. Por um plano de obras públicas que garanta emprego e renda**
- 66** **3. Serviços públicos de qualidade a serviço da classe trabalhadora**
- 67** Reestatizar os transportes sob o controle dos trabalhadores e população usuária
- 69** Por um sistema de educação totalmente público e de qualidade, da creche à universidade

72 Saúde não é mercadoria! Por uma saúde pública de qualidade para todos!

74 4. Chega de violência!

78 5. Meio Ambiente

82 6. Contra todas as formas de opressão

84 Colocar na ordem do dia o combate ao racismo no estado do Rio de Janeiro

84 Chega de machismo e violência contra as mulheres!

86 As LGBTIs querem viver! Contra a violência, o desemprego e a miséria: explodir o armário e o capitalismo.

87 Um programa para a juventude do Rio de Janeiro

88 7. É preciso derrotar a ultradireita

92 8. Expropriar os bilionários, romper com a recuperação fiscal, criar uma cadeia produtiva do petróleo sob controle dos trabalhadores.

96 9 - O Rio de Janeiro e o Brasil precisam de uma revolução socialista

**RIO DE JANEIRO:
UM POSTO AVANÇADO DA
DECADÊNCIA ECONÔMICA,
DO RETROCESSO NOS
DIREITOS E DA BARBÁRIE
CAPITALISTA**

1.

O Brasil no contexto da crise mundial

Nos últimos anos, a combinação de pandemia, crise econômica e guerras vêm provocando efeitos devastadores em todo o mundo. Desemprego em massa, salários miseráveis, milhões de mortos, seja por covid, fome, bombas, catástrofes ambientais, etc.

Esses não são acontecimentos isolados. São efeitos da decadência do sistema capitalista. A burguesia reage aumentando a exploração dos trabalhadores, retirando direitos, depredando a natureza e promovendo guerras para aumentar suas taxas de lucro. A atual crise é a pior em pelo menos um século. A cada crise, as fases de recuperação econômica são mais frágeis e a classe trabalhadora sente sua vida piorar.

A desigualdade social aumentou nos últimos dois séculos. A metade mais pobre da população mundial recebe hoje uma parcela menor da renda global do que recebia em 1820. Na América Latina a disparidade é mais profunda: os 10% mais ricos ficam com 77% da riqueza total, enquanto a metade mais pobre fica com apenas 1%.

O papel do Brasil na divisão internacional do trabalho foi reduzido. O projeto do imperialismo para o Brasil é que seja um consumidor de produtos industrializados e um exportador de alimentos e minérios. Assim, o país vive um processo de desindustrialização relativa, ou seja, o papel da indústria na economia nacional vem reduzindo em comparação com a produção mundial. O que está em curso em toda a América Latina é um projeto de recolonização, que deve aumentar a miséria, o desemprego e aprofundar a dependência e submissão ao imperialismo.

Atualmente, 20% da população brasileira passa fome (45 milhões de pessoas) e mais da metade vive sem saber se terá o que comer num futuro próximo. Desde o início da pandemia, grandes

empresas aumentaram muito seus lucros e surgiram 42 novos bilionários no país, enquanto o governo e o congresso aproveitaram a situação de insegurança da classe para “passar a boiada” nos direitos, aumentando a precarização do trabalho, rebaixando os salários, atacando direitos e avançando na destruição do meio ambiente.

Rio de Janeiro: fome, miséria e as mais altas taxas de desemprego do país

A situação do Rio de Janeiro é ainda mais grave. Nos últimos 4 anos, o número de pessoas passando fome no Estado quadruplicou. São hoje mais de 2,7 milhões de pessoas que simplesmente não têm o que comer. Além disso, mais de 57% da população do Estado vive algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, precisou reduzir a qualidade ou até a quantidade de alimentos por questões financeiras, e não sabe se terá como se alimentar num futuro próximo. Entre os que já estão comendo menos, a maioria são negros e negras, atingidos pelo desemprego ou subemprego.

Até o fim de 2021, mais de 4,5 milhões de pessoas estavam desempregadas no Rio de Janeiro, quase 600 mil a mais do que em 2015. Isso representa 26% da população do Estado. Desde 2012, a classe trabalhadora formal do RJ reduziu 15%. Cresceu o subemprego, que corresponde hoje a 17% da população. Também há um aumento do regime de trabalho autônomo (hoje, 3,2%), dado que muita relação de trabalho assalariado em condições muito precárias, como entregadores de aplicativos, Uber, etc.

Esse aumento da informalidade, a ausência de direitos trabalhistas e qualquer tipo de garantia impactou fortemente a vida da classe durante os primeiros meses da pandemia. Foram milhões que engrossaram a fileira dos sem emprego, retomando suas ocupações no ano seguinte.

O crescimento da miséria no Estado também se expressa na questão da moradia. Desde o início da pandemia, é visível o crescimento do número de moradores de rua. Há também milhares de famílias que vivem em habitações precárias ou encontram-se em situação vulnerável por não conseguir arcar com os aluguéis. Ainda em 2019, o déficit habitacional era de 481.000 moradias. Na região metropolitana do RJ, as famílias com renda de até três salários têm, pelo menos, 30% de sua renda consumida com aluguel, e 70% das moradias precárias abrigam famílias “chefiadas” por mulheres. A população que sofre os problemas habitacionais também tem cor: para se ter uma ideia, um levantamento da própria prefeitura do Rio mostrou que 80% da população de rua do centro da cidade é negra¹.

O estado mais decadente de um país decadente

A situação econômica do RJ é ainda mais grave que a do conjunto do país, e nos permite compreender o caos social que atravessamos no Estado.

O PIB do RJ cresceu 20% menos que a média nacional nas últimas duas décadas. Mas se ainda há crescimento do PIB quando considerado o total das atividades econômicas, o quadro muda no que diz respeito à indústria de transformação. Aí se expressa de forma mais categórica a decadência econômica do RJ. Se nacionalmente falamos de uma desindustrialização relativa – ou seja, a produção industrial está em queda quando comparada à dinâmica internacional (mas ainda em crescimento em relação a um período anterior), no Estado do RJ a redução física e material da cadeia produtiva pode ser observada em números absolutos: a produção industrial é hoje 15% menor em valor do que era em 1985.

¹<https://casafluminense.org.br/a-desigualdade-comeca-em-casa-rj-tem-um-deficit-habitacional-de-500-mil-moradias/> (acesso em 30/08/22)

A indústria de transformação é o setor econômico que mais gera empregos. É o principal setor a alimentar o comércio, os serviços e, direta ou indiretamente, a arrecadação estatal. Como consequência de sua destruição, temos os piores índices de empregos formais do país.

Naturalmente, foram os setores produtivos os mais atingidos pela redução dos empregos: Agropecuária, Indústria de Transformação e Indústria de Construção. A Indústria de Transformação foi quase toda desmontada, com exceção do subsetor de Alimentos e Bebidas e da indústria metalúrgica e mecânica. A classe operária fluminense, embora seja ainda uma potência relevante, principalmente no setor extrativo, metalúrgico e de alimentos, tem perdido força quando comparada com a classe operária em nível nacional.

Quando consideramos apenas a população economicamente ativa, podemos ter noção do que representa hoje no RJ o exército industrial de reserva. 65% dos trabalhadores do Estado estão desempregados ou subempregados, contingente que pressiona o rebaiamento salarial geral. De fato, na última década os salários caíram 10% em média, que foi sentido em maior ou menor grau em praticamente todos os setores.

Um Estado pioneiro nas privatizações

Se privatizar fosse a solução, atualmente o Rio de Janeiro seria o estado com as finanças mais estáveis e controladas do Brasil. Quase todas as empresas do RJ foram privatizadas ainda no final dos anos de 1990, tanto as pertencentes à União e sediadas no Estado, como empresas de propriedade do Estado do Rio de Janeiro: mineração (VALE S.A.), siderurgia (CSN) e telecomunicações; CERJ (Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro atual Enel

Spa), Light, Banerj, CEG, Cia de Navegação etc. Todo o sistema de transporte até então sob controle do estado (trens, metro, barcas) foi passado para o controle de empresas privadas, que ganharam largos períodos de concessão por parte do poder público.

O motivo central de vários serviços essenciais à população, sobretudo em áreas como a infraestrutura (transporte, energia, água, esgoto, saneamento) serem inicialmente realizadas pelo Estado é que elas envolvem investimentos massivos em sua construção, que só dão retorno a longo prazo. Após socializar os investimentos com dinheiro público, o Estado, a serviço dos interesses da burguesia, entrega as empresas à iniciativa privada, que obtêm altos lucros com sua operação.

Há hoje, em diversos países do mundo, uma tendência à re-municipalização dos serviços de saneamento, em razão da insuficiência de investimentos, da cobrança de tarifas excessivamente elevadas, dos altos custos operacionais e da falta de transparência financeira. Na contramão desse processo, acabamos de ver a privatização da CEDAE. A empresa nunca teve qualquer problema de natureza financeira. Ao contrário, a empresa sempre produziu lucro líquido e até mesmo dividendos para o Estado. Seu lucro líquido apenas decaiu em 2020, quando iniciou-se a todo vapor o processo de saldar dívidas controladas em vistas à privatização.

A crise financeira e o regime de recuperação fiscal

O sistema que converte os déficits nas contas dos Estados em dívidas com a União é um verdadeiro assalto aos cofres públicos, que drena a maior parte dos recursos para os bancos. A Lei de Responsabilidade Fiscal só serve aos interesses dos bancos, pois limita gastos com saúde, educação, previdência e outras áreas sociais,

para priorizar o pagamento de juros e amortizações da dívida. Assim, os trabalhadores pagam duplamente: a riqueza que produzem é apropriada pelos bancos, e o Estado se exime de garantir os serviços públicos necessários.

Dos anos 90 para cá, bilhões foram pagos, mas a dívida do RJ só cresceu. Em 2021, houve aparentemente uma redução da dívida, que passou de 189 bilhões de reais para 163 bilhões de reais. Essa redução, contudo, é aparente. A dívida líquida leva em conta o caixa do Estado, que terminou superavitário em quase 14 bilhões de reais em 2021 em função das receitas advindas da privatização da CEDAE e do aumento nos royalties do petróleo.

As contas do RJ foram deficitárias entre 2014 e 2017. Em 2016 o déficit chegou a atingir mais de 10 bilhões de reais. Nessa época, o governador Pezão dizia que a solução era aumentar o desconto previdenciário de 11% para 14%. O ajuste fiscal começava. Na época, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que 1 bilhão de reais teriam deixado de entrar porque os preços de mercado caíram, produto da crise. As políticas administrativas que prometiam atrair investimentos e criar empregos, com isenção para os bilionários, falharam. A receita deixou de receber \$200 bilhões em impostos.

Mas entre 2018 e 2021, o Estado voltou a ter superávit orçamentário. A crise aparentemente estaria se resolvendo, mas não. A inflação que castiga aos mais pobres manteve, pois o aumento dos produtos da cesta básica impactam mais no bolso de quem ganha menos. Para os mais ricos o efeito é menor. O IPCA (Índice de preços ao consumidor) oscilou nos últimos anos, mantendo uma média de 6% ao ano, o que ilustra a manutenção da crise, com picos altos em 2015 e 2021.

O problema da crise financeira do Rio está relacionado com o

nível de dependência da arrecadação do Estado em relação aos royalties do petróleo, que deveriam ser um recurso extra para compensar os impactos sociais e ambientais, mas que hoje são fundamentais para executar as despesas, representando em média 20% da arrecadação total. A oscilação dessa arrecadação aprofunda ainda mais esse problema. As receitas dos royalties variam de acordo com a produção e preço do petróleo, e consequentemente, do mercado internacional.

Mas o problema de fundo reside, como vimos, na decadência econômica e na estrutura produtiva oca em que o Rio de Janeiro vem se convertendo, que faz com que os royalties tenham se convertido na salvaguarda das finanças estatais, substituindo uma indústria produtiva para geração de emprego formal. Cada vez que o preço e a demanda por petróleo no mercado internacional cai de forma significativa, o Estado do Rio de Janeiro colapsa. Já nos momentos de elevação da demanda e preço do petróleo, como no momento atual, temos uma aparência de estabilidade financeira.

A dependência da indústria extrativa de petróleo

Foi o setor do petróleo o responsável principal por "segurar" a economia do Estado e contrabalancear a profunda queda na indústria de transformação. Praticamente todo desenvolvimento do setor extrativo mineral no estado, deve-se à exploração do petróleo. A principal empresa brasileira no setor, a Petrobras, está sediada na capital fluminense.

Esse é um setor extremamente rentável, mas que emprega uma quantidade irrisória de trabalhadores: ao fim de 2021 eram 37 mil empregados no setor, número quase 10 vezes menor do que a quantidade de empregos gerados na indústria de transformação. O setor não é capaz de "compensar" efetivamente o processo histórico

de redução absoluta da indústria de transformação.

Além disso, esse setor possui uma dinâmica completamente instável. Oscila segundo a maré dos preços internacionais do petróleo, em completa dependência do mercado internacional. Quando os preços do petróleo no mercado internacional caem, a demanda e produção caem junto. Já quando os preços sobem, não há aumento da massa de trabalhadores empregados. Aumenta apenas o lucro dos proprietários, mas os impactos no Estado são pequenos, já que o produto será consumido em outros países. Apenas uma pequena parte dessa riqueza converte-se em renda para alimentar os demais setores: serviços, comércio etc.

A riqueza do Estado nas mãos de uma dúzia de bilionários

Da riqueza que os trabalhadores produzem no Estado apenas em torno de 25% fica nas mãos dos trabalhadores, enquanto os outros 75% são apropriados pelos empresários bilionários, pelo estado ou pelos bancos. Parte expressiva da migra para o bolso de acionistas estrangeiros, largamente hegemônicos nas ações de empresas sediadas aqui, sendo a principal a Petrobras.

Ao final de 2021, o Rio de Janeiro possuía, segundo a revista Forbes, 37 bilionários, em sua maioria banqueiros e empresários do setor da saúde. Sozinho, o mais rico deles tem uma fortuna pessoal quase no mesmo valor da arrecadação total do Estado no último ano.

A burguesia fluminense não tem nada a perder com a destruição da estrutura produtiva do Estado, pois é sócia menor de um processo de produção de capital através da exportação de commodities, em que parte expressiva da riqueza migra para o bolso de acionistas estrangeiros. Isto ocorre também em indústrias de base da indús-

tria de transformação, como o setor siderúrgico, que exporta grande parte do aço que produz.

Em 2021, o lucro líquido da CSN cresceu 1.179% e os dividendos distribuídos aos acionistas cresceu 223% – uma massa de quase 3 bilhões de reais – enquanto a massa salarial de seus respectivos trabalhadores cresceu apenas 4,39% sob uma inflação de mais de 10%, ou seja, decaiu. A elevação do preço do aço no mercado internacional encheu ainda mais os bolsos de Benjamin Steinbruch, seu principal proprietário, e nada significou para o conjunto da população e da classe trabalhadora.

Os números da Petrobras são ainda mais assombrosos. A Petrobras distribuiu em 2021 mais de 100 bilhões de reais em dividendos aos acionistas, enquanto a arrecadação total do Estado do Rio de Janeiro foi de 91 bilhões de reais. No mesmo ano, o banco Itaú, (cujos proprietários residem no Rio de Janeiro) distribuiu mais de 9 bilhões de reais em dividendos.

Esses dados mostram que não é possível resolver o problema crônico do estado do Rio de Janeiro sem atacar o problema central das relações de propriedade.

Um dos piores sistemas de transporte do Brasil e do mundo

Em 2018, uma pesquisa de uma agência inglesa de consultoria² analisou os sistemas de transportes de 74 cidades, em 16 países do mundo. A cidade do Rio de Janeiro ficou em último do ranking, quando avaliados o tempo de viagem e de espera, o número de baldeações, a distância percorrida e o preço comparado ao salário médio da população. Isso sem contar com a falta de segurança, os

²<https://www.expertmarket.co.uk/focus/best-and-worst-cities-for-commuting>
(acesso em 29/07/22)

acidentes, etc. Sabemos que a situação não é diferente quando tomamos o conjunto do Estado, e particularmente a região metropolitana. E nos últimos anos, não vem ficando melhor.

A atual Supervia, que responde pela malha ferroviária de passageiros da região metropolitana, foi privatizada em 1998 com uma concessão de 25 anos. Em 2011 esta concessão foi renovada até 2048. Em 1984, quando ainda estava vinculada à CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), ela chegou a transportar um milhão de passageiros/dia. Em 1996, dois anos antes da privatização, essa frequência caiu para 145 mil passageiros/dia, em razão de uma política consistente de sucateamento. O objetivo era construir um senso comum de que a administração pública era “ineficiente”, “incompetente”, não tinha uma “visão empresarial e proativa” e que a “única alternativa” era sua privatização.

O resultado é o que vemos diariamente nos noticiários matutinos: atrasos nas saídas dos trens, problemas de paralisação de comboios no meio da viagem e até graves acidentes. Entre 2008 e 2017, foram registrados 285 casos de homicídio culposo e 138 de lesões corporais provocados por atropelamento ferroviário nos municípios cortados pelos trens da SuperVia, sendo que o número de casos quase dobrou no último ano do levantamento³. Em 2018, a Supervia foi multada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pela precariedade de seus serviços, e existe uma avaliação que cerca de 30% de sua frota não é renovada há mais de 30 anos.

O mesmo aconteceu no sistema metroviário. O serviço é o único do Brasil que foi privatizado e tem ações negociadas na Bovespa. A privatização aconteceu em 1997, quando um consórcio li-

³<https://apublica.org/2018/07/os-trens-da-morte-na-baixada-fluminense/>
(acesso em 22/07/22)

derado pelo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, arrematou em leilão por R\$ 291 milhões o direito de explorar o serviço por 20 anos. Em novembro de 2021, a Companhia deixou o Grupo Invepar e passou a ser controlada pela holding HMOBI Participações S.A. A Atual concessão é de 30 anos (contrato até 2038).

O Metrô do Rio possui 41 estações, três linhas em atividade e 14 pontos de integração. Todos os seus períodos de construção e expansão foram determinados, centralmente, por investimentos financeiros públicos. Todos os investimentos de maior porte cabem à empresa pública Rio Trilhos (Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro) vinculada à Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, sua operação cabe inteiramente à METRÔRIO (CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A). A Rio Trilhos possui um lucro bruto negativo de 6,6 milhões de reais sobre uma receita de pouco mais de 60 milhões. Já a MetrôRio tem receita superior a 800 milhões de reais, da qual retira um lucro bruto de 295 milhões.

No caso do Metrô, essas taxas de lucro foram mantidas através de um aumento das tarifas e da redução do número de usuários atendidos. Ou seja: o lucro é garantido às custas da eficiência do serviço prestado.

A lógica da defesa do lucro em detrimento do serviço à população fica escancarada no serviço de transportes, assim como em outras áreas. Na cidade do Rio, o investimento público no transporte ferroviário é de apenas 0,09% do orçamento municipal para o setor: não chega a 1 milhão de reais. O transporte rodoviário abarca a quase totalidade do orçamento. Para garantir e preservar os lucros das empresas de transporte, optou-se por uma modalidade mais cara, menos eficiente, que produz maiores danos ambientais em prejuízo

de toda população trabalhadora.

Na maioria dos países, a maior parte do custo das tarifas de transporte são subvencionadas pelo governo. Mesmo no Brasil, a METRÔRIO e o Metrô Bahia são as únicas duas empresas não subsidiadas. O resultado já vimos: para elevar suas respectivas taxas de lucro, reduzem a população atendida pelos seus serviços. Mas isso não quer dizer que a subvenção seja a solução. As subvenções estão a serviço de garantir o lucro das empresas sem sacrificar de modo expressivo a demanda. Qual o sentido em privatizar um setor, mas continuar a alimentá-lo dia após dia com bilhões oriundos dos cofres públicos e, assim, pagos pela própria população? Porque não serviços inteiramente públicos de transporte?

Educação e saúde: um projeto de precarização e privatização

A situação da educação básica pública no Rio de Janeiro é um reflexo da crise estrutural do Estado. Mais da metade das escolas não possuem laboratório de informática e mais de 80% não possuem laboratório de ciências. O rio recebeu a copa do mundo e as Olimpíadas e mais da metade das escolas sequer possui quadra esportiva. O número de matrículas é quase 1 milhão a menos que há 10 anos atrás. Somente esse ano, a Defensoria Pública do Estado recebeu mais de 1500 ligações com reclamações por falta de vagas em creches. Esse é o resultado de anos de cortes no orçamento da Educação. Em 2003, o orçamento era de 25,96%, já em 2021 foi de apenas 10,27%, uma redução drástica. Essa queda brutal do investimento é o que explica o sucateamento e fechamento de escolas públicas, a carência no quadro de profissionais de educação e a falta de reajustes salariais a estes profissionais.

Essa precarização tem como objetivo, desde o início, abrir as portas para a privatização. O Estado do Rio foi laboratório para experiências diversas em relação à privatização, seja na gestão administrativa das escolas, na utilização de materiais didáticos ou diretamente na construção de propostas pedagógicas e curriculares. Tivemos nos últimos anos, em plano nacional, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio. Apontaremos mais à frente os problemas graves dessas medidas e como se materializam no Rio, mas queremos pontuar aqui que em nosso estado, essas políticas já estavam sendo colocadas em prática através de parcerias com Fundação Bradesco, Instituto Ayrton Senna, Casas Bahia, Michelin e tantas outras instituições de caráter privado e que enxergam a educação como mercadoria.

Na rede municipal do Rio, a solução da gestão de Eduardo Paes para acabar com a fila de espera por vagas nas creches deixa evidente a política cruel de privatização e otimização dos recursos públicos. Em vez de investir recursos públicos em educação, o prefeito amplia a rede de escolas e creches conveniadas com a prefeitura. Na prática, se trata de uma entrada agressiva da iniciativa privada na rede pública a fim de encher o bolso de empresários e empreiteiras. Para mascarar a falta de investimentos em número de profissionais nas escolas e em materiais didáticos compatíveis com as diferentes áreas da cidade, o prefeito fecha turmas, realoca em turmas lotadas, transfere profissionais para outras unidades escolares sem respeito nenhum ao andamento do processo pedagógico da comunidade escolar como um todo.

A precarização e privatização da educação se refletem nas propostas pedagógicas e curriculares para as crianças e jovens da classe trabalhadora que frequentam a escola pública. A BNCC e a Reforma

do Ensino Médio significam a legitimação de uma educação sem qualidade. Com argumentos pomposos como o “nivelamento da educação do país” e “currículo que dialogue com os jovens” estamos assistindo aumentar a desigualdade do acesso aos conteúdos entre aqueles que podem pagar escolas caras e aqueles que não podem. Apenas a título de exemplo, a matriz curricular do Ensino médio no Estado do Rio foi publicada recentemente e no último ano, os alunos não terão as disciplinas de física, química, biologia, filosofia, sociologia e geografia. É o enxugamento do currículo. Estão negando o conhecimento aos jovens da classe trabalhadora.

A partir da chegada de Bolsonaro à presidência o cenário de ataques antidemocráticos à educação se acelerou. Bolsonaro defende o projeto Escola sem partido, onde o objetivo é retirar a possibilidade do pensamento crítico da escola e transformar os profissionais da educação em vilões que querem fazer “lavagem cerebral” nos/as estudantes. Como se esse fosse o problema da educação no país e não a falta de investimento. Outra política foi a implementação das escolas cívico-militares, que aumenta a repressão a comunidade escolar e é expressão da criminalização da pobreza. O Governador Cláudio Castro está alinhado com essa política e esse ano lançou um decreto que transforma unidades da Faetec em escolas cívico-militares. Não faltam exemplos de arbitrariedades cometidas por gestores militares em escolas, como no recente caso em que alunos repetiam slogan bolsonarista em cerimônia na escola, que a partir de denúncia do Sepe-RJ acabou levando à exoneração da direção.⁴

Todo esse cenário foi aprofundado com a Pandemia. O Ensino remoto se mostrou uma derrota, pois os jovens não tinham acesso à

⁴ <https://seperj.org.br/sepe-vai-denunciar-quebra-de-protocolo-sanitario-e-doutrinacao-de-alunos-em-formatura-de-escola-civico-militar-carioca-general-abreu-no-bairro-do-rocha/>

internet e equipamentos tecnológicos de qualidade. Apesar disso, as grandes plataformas lucraram muito vendendo seus serviços para os governos. Achamos que o uso da tecnologia é fundamental para o avanço da humanidade. O problema é que a tecnologia no capitalismo está a serviço não desse avanço, mas de explorar ainda mais os trabalhadores e no terreno da educação não é diferente. Então, o que assistimos foi a demissão de profissionais de educação de instituições privadas que viram no ensino remoto (e ensino a distância) a possibilidade de terem maiores lucros, explorando mais os trabalhadores.

O agravamento da crise econômica e social no Estado se reflete nas escolas. Cresce o número de estudantes que recorrem à merenda escolar, pois para muitos é a única refeição realizada no dia. Cresce igualmente, o quantitativo de alunas e de alunos que apresentam sintomas decorrentes de uma alimentação deficitária ou, em diversos casos de fome propriamente dita, prejudicando, ainda mais, o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem. O desemprego e a miséria que atinge as famílias impacta também na antecipação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, formal ou informal, levando muitos à evasão escolar.

O aumento da violência também é sentido nas escolas. As unidades escolares localizadas em favelas e nas periferias sofrem com as constantes operações policiais, tornando-se ambientes de extrema insegurança e instabilidade emocional, além de terem as aulas suspensas recorrentemente. Além disso, há carência crescente de professores, resultando na redução da grade curricular oferecida aos nossos alunos. Quando não é atingida pelo genocídio, a juventude periférica tem seu acesso à educação, à cultura e ao lazer negados.

Em relação à educação superior, há hoje três instituições estatais. À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e à Uni-

versidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) se soma a Fundação Estadual de Apoio ao Ensino Técnico (FAETEC), que, embora responsável centralmente por cursos profissionalizantes e técnicos, tem vinculados alguns cursos de graduação e pós-graduação; somadas, atendem a mais de 50.000 alunos (há ainda outras duas instituições, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro-FAPERJ e o Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Rio de Janeiro-CECIERJ, que não oferecem diretamente cursos mas cumprem um papel de apoio importante na área). São universidades de renome nacional, responsáveis por parte significativa da produção científica do país, mas vivem a mesma realidade dramática de estrangulamento financeiro que já mencionamos.

Como consequência, boa parte da infraestrutura é antiga, desgastada e precária ao ponto da insalubridade (gerando frequentes incêndios e outros acidentes). Os salários dos professores e técnicos sofrem profundo arrocho, chegando a ficar 8 anos sem sequer reajuste que compense a inflação. Há uma quantidade enorme de terceirizados e contratados precários sem vínculo empregatício (os chamados “projetos”) que rotineiramente têm seus salários atrasados, às vezes por meses, sem nenhuma satisfação. A assistência estudantil, fundamental para garantir a permanência dos muitos alunos mais pobres até o final dos cursos, é muitíssimo inferior ao necessário. Fica mais do que óbvio que qualquer proposta de melhorias na educação superior estadual passa, necessariamente, por um aumento muito significativo nas verbas que o governo do Estado dedica à área, sem o qual não passa de demagogia.

A situação da saúde no Estado do Rio de Janeiro não difere da situação de precarização que sofre a educação. Apesar de um leve crescimento, os investimentos em saúde estão, no geral, estag-

nados. O percentual despendido em 2006 (11,97%) é muito próximo daquele verificado em 2021 (12,47%). Em verdade, o Governo do Estado do Rio de Janeiro vem destinando o mínimo possível em serviços públicos de modo a cumprir os pisos constitucionais, que na saúde corresponde a 12%.

O Estado do Rio tem nove regiões de saúde, que constituem a base territorial para as Redes de Atenção à Saúde (RAS). A ocupação desigual do espaço no estado do Rio de Janeiro, com excessiva concentração nas regiões Metropolitanas I e II, traz reflexos sobre a atenção à saúde e os perfis demográficos e de morbimortalidade. A Secretaria Estadual de Saúde, além do seu papel de gestora, indutora, promotora e articuladora da política de saúde, atua diretamente na assistência à saúde, por intermédio de suas 56 unidades (26 unidades do tipo Institutos, Centros Especializados, Hospitais Gerais e Especializados e 30 Unidades de Pronto Atendimento), do Centro de Diagnóstico por Imagem e das unidades móveis de mamografia e tomografia. Estas unidades/leitos estão sob gestão da Secretaria Estadual de Saúde, porém a operacionalização das mesmas se dá por meio de diferentes modalidades de contratação: 11 unidades estão sob gestão de Organizações Sociais (57,7% do total de leitos); 10 unidades estão sob gestão da Fundação Estadual de Saúde (26% dos leitos); 03 sob gestão compartilhada público-privada (8,7% do total de leitos) e 02 sob administração direta (7,5% dos leitos totais). Estimativas evidenciam o importante déficit de leitos clínicos de internação em praticamente todas as regiões de saúde do estado, na ordem de aproximadamente 2.500 leitos.

A cobertura populacional estimada por equipes de atenção primária no estado do Rio de Janeiro apresenta desde 2007 uma tendência crescente, sofrendo em 2013 uma pequena redução e

chegando em julho de 2018 a 69,03%. Os municípios do estado totalizaram, em julho de 2018, 2.894 equipes de Saúde da Família, o que representa uma cobertura estimada de 58,10% pelo modelo da Estratégia de Saúde da Família (ESF). As regiões de saúde com maiores coberturas estimadas por equipes de atenção primária neste período foram Baía de Ilha Grande (96,26%), Centro Sul (96,06%) e Noroeste (93,09%). As regiões Norte (57,25%), Metropolitana I (64,35%) e Serra (66,6%) apresentaram coberturas inferiores a 70%. Porém, destaca-se que o município do Rio de Janeiro fez uma grande expansão de sua atenção primária nos moldes da ESF, entre os anos de 2009 a 2016, o que impactou positivamente no indicador da região Metropolitana I e do Estado. Entretanto, o resultado dessa expansão na cidade do Rio de Janeiro sofreu grande redução no governo Crivella. Durante os quatro anos de seu governo, mais de 6,5 mil vagas em todas as áreas da saúde foram fechadas. As mais prejudicadas foram as unidades básicas de saúde (da atenção primária), com 4.573 profissionais afastados. Com o afastamento, a redução nas equipes afetou em cheio a população. O percentual de pacientes assistidos despencou de 70% para 39%.

Essa expansão acelerada da atenção primária da cidade do Rio foi feita pelo governo do prefeito Eduardo Paes com base, desde o início, em um modelo de gestão privatista. Todas as clínicas da família são geridas por Organizações Sociais, empresas que recebem dinheiro público para contratação de profissionais e compra de materiais de manutenção das unidades. Esse modelo de gestão da saúde privatizado já mostrou seus problemas e inadequação para a garantia da saúde pública, com grandes desvios de verba pública, estagnação dos salários e fragilidade dos vínculos empregatícios que leva a alta rotatividade de profissionais de saúde, que sofrem

com sobrecarga e exaustão. Após quatro anos de governo Crivella, retorna à prefeitura Eduardo Paes, com uma campanha bastante forte no setor da saúde. Ao longo desses mais de 2 anos de seu novo mandato, Paes manteve o modelo de gestão privado da saúde e não reabriu a maior parte das vagas fechadas pelo governo anterior. Além disso, com relação aos salários dos profissionais de saúde, apenas retomou o valor de 5 anos atrás (valor um pouco maior devido à redução salarial implementada por Crivella), sem nenhum reajuste para inflação do período, que está a cada ano maior e tem reduzido o poder aquisitivo dos trabalhadores.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) - principal autoridade sanitária no Estado - vem sofrendo um longo processo de desmonte, que tem entre seus componentes um histórico de graves problemas com o seu quadro de servidores, que é reduzido e mal remunerado. Movimentos erráticos por parte do governo do Estado conformam uma situação caracterizada por esvaziamento, desvalorização e precarização dos servidores responsáveis pela gestão estadual do SUS. A partir de 2007, cresceu o número de servidores contratados de forma temporária, sem qualquer vínculo permanente com a administração pública e, frequentemente, substituídos a cada mudança de governo. O governador Marcelo Alencar estabeleceu, em 1997, a terceirização da gestão de vários hospitais estaduais por meio da Lei nº. 2.878/97. Embora a terceirização da gestão dos hospitais estaduais do governo Marcelo Alencar tenha sido revertida, quase uma década depois ela ressurgiu no governo Sérgio Cabral pela Lei nº 5.164/2007 (RIO DE JANEIRO, 2007). Dessa vez, outra modalidade jurídica de gestão, a fundação estatal, com critérios de contratação por concurso público de provas sob o regime da CLT. Essas fundações estatais permanecem em funcio-

namento até hoje, com corpo de servidores e política de recursos humanos própria, além de salários superiores aos vencimentos dos estatutários da SES-RJ. Após 34 anos da criação do SUS, o Estado do Rio de Janeiro continua sem uma política para os seus servidores da saúde, o PCCS (Plano de Carreiras, Cargos e Salários) não foi implantado e os vencimentos continuam seriamente defasados, como mostra estudo recente do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Quando a atual pandemia começou, a SES mostrou dificuldades em planejar a política de controle da transmissão da Covid-19 e de assistência aos doentes. É com um quadro reduzido e mal remunerado de servidores, além de uma capacidade de gestão no mínimo duvidosa na área da saúde, que o Estado do Rio de Janeiro está tendo de enfrentar a pandemia.

A saúde foi um dos pontos mais frágeis dos governos Crivella (prefeitura do Rio de Janeiro) e Witzel/Castro (Estado). Witzel sofreu impeachment em 30/04/2021, devido irregularidades nos contratos da saúde relacionados à pandemia, sendo o primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro a sofrer impeachment. O ex-governador teve seu governo associado a milícias, situação cada vez mais frequente no Rio, em que as milícias estão cada vez mais inseridas na gestão pública. Deputados estaduais da comissão que fiscalizaram os gastos da saúde na pandemia da covid-19 concluíram que praticamente todos os contratos emergenciais firmados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES/RJ) nos meses iniciais da pandemia apresentaram suspeitas de mau uso do dinheiro público, destacando-se a compra irregular de respiradores e os acordos feitos com as Organizações Sociais (OSs) contratadas para administrar os hospitais de campanha. A administração estadual previa 7 hospitais de campanha para atendimento de pacientes com covid-19, entretanto

apenas dois hospitais chegaram realmente a funcionar, apesar dos quase 2 bilhões de reais investidos. Essa série de irregularidades e corrupção envolvendo as OSs e o governo do estado põem mais uma vez em xeque o modelo de gestão privada das unidades de saúde de em todo o Estado.

Diante dessa situação de descaso com a saúde e desvio de dinheiro público, o Rio de Janeiro é o estado com a pior taxa bruta de óbitos do país por Covid-19 (430,11/100mil hab), evidenciando a alta mortalidade por Covid-19 ainda existente no estado. O estado ocupa o 14º lugar em vacinação da 2ª dose para covid-19, sendo o estado com menor índice de vacinação entre os estados das regiões Sudeste e Sul. Alguns dos municípios com menores índices de vacinação do estado estão na baixada fluminense.

Já a rede federal de saúde existente no estado sofre cronicamente com a falta de recursos humanos, o que tem levado ao funcionamento apenas parcial dos hospitais. Essa situação esteve presente em plena pandemia e contribuiu para a desassistência de várias pessoas e mortes por falta de leitos. A rede de saúde federal no Rio de Janeiro conta com 6 hospitais e 3 institutos. A rede federal do Rio agoniza. Falta de concurso público, demissões em massa de profissionais contratados, improvisação, sucateamento, interdição de centenas de leitos, negligência e absoluto descaso com a vida humana. A forma como o governo Bolsonaro vem nos últimos três anos gerindo essa rede tinha, em algum momento, que mostrar suas nefastas consequências, e elas vieram em plena curva ascendente da variante Ômicron da covid-19. No fim de dezembro de 2021, 3,5 mil contratos foram encerrados nos hospitais federais do Rio. Em janeiro de 2022, mais de 900 leitos dos hospitais federais estavam fechados por falta de profissionais de saúde. Os contratos de profis-

sionais realizados nos últimos anos pelo governo federal para esses hospitais são temporários e em número inferior às necessidades, mantendo a defasagem de funcionários e funcionamento apenas parcial de suas atividades.

No terreno fértil do sucateamento do SUS no estado floresceram as grandes empresas privadas de saúde. À custa do desespero da população trabalhadora que não tem acesso a cuidados de saúde no SUS, mas também da precarização e rebaixamento salarial dos trabalhadores da saúde. O maior bilionário da saúde, Jorge Moll dono da Rede Dor, viu a sua fortuna aumentar 580% durante a pandemia. Dulce Pugliese Godoy Bueno (apenas uma das milionárias do grupo Amil/Dasa) também viu a sua fortuna se multiplicar de R\$18bi para R\$31bi. Apenas estas duas famílias têm uma fortuna que é superior ao orçamento do SUS para o RJ por 10 anos.

O problema da violência

Não é possível entender a violência no Rio, e muito menos dar-lhe respostas, se encararmos este problema de forma abstrata. A violência no Rio apresenta diferentes origens e dimensões, e apesar de estarem interligadas e se influenciarem não são um fenômeno único. Nesse sentido, vamos começar por separar os diferentes aspectos / agentes da violência no Rio: 1) Negócios capitalistas ilegais, e como parte destes o narcotráfico, os bicheiros e as milícias; 2) Estado (violência policial), e 3) crimes comuns (roubos, assaltos à mão armada, roubos de mercadorias, carros...). Nenhum destes aspectos tem uma existência independente (existem inúmeras interconexões entre traficantes, contraventores, milícias, e as forças de repressão do Estado) e em última instância todos estão relacionados com a realidade objetiva, das origens históricas e econômicas da cidade e da sua localização política no país.

A violência do Estado

Quando vemos os números de letalidade violenta, é importante diferenciarmos a que correspondem. O indicador letalidade violenta corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, roubo seguido de morte (latrocínio) e lesão corporal seguida de morte. O governo do Rio tem feito muita propaganda em torno à diminuição dos números de homicídios dolosos, escondendo que a letalidade violenta global diminuiu bem menos nestes últimos anos.

Se olharmos as estatísticas de 2000 até hoje é inegável que a letalidade violenta oficial caiu, não tanto quanto o governo alardeia, mas caiu. A questão é que a sensação de segurança não aumentou, em especial nas periferias. No ano 2000 registraram-se 6993 homicídios no estado do Rio. Vinte e um anos depois este número caiu para 4750, mas o peso da letalidade policial aumentou 317%.

Além disso, há um fenômeno nacional de aumento das chamadas Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI). Estas aumentaram impressionantes 69,9% entre 2018-2019, segundo o Atlas da Violência de 2021. Para os pesquisadores que se debruçam sobre esses dados, a queda de homicídios nos últimos anos é fruto da deterioração dos dados do Ministério da Saúde, e não necessariamente uma queda real dos homicídios no país. Aqui parece funcionar a lógica negacionista: se não há dados sobre homicídios, eles não existem.

Das 4750 mortes violentas em 2021, 1.356 foram causadas por intervenção policial, ou seja, um número absoluto inferior apenas a 2018 e 2019, antes da pandemia.⁵

Para termos uma noção da brutalidade desses números podemos compará-los com os números nacionais. Segundo o Fórum de

⁵ dados do relatório da plataforma fogo cruzado

Segurança Pública, em 2021 se registraram 41,1 mil mortes violentas, sendo 6133 causadas por forças policiais. Ou seja, o Estado do Rio responde por 11% das mortes violentas a nível nacional e 22% das mortes cometidas por policiais. Em várias regiões do estado do Rio a força que isoladamente mais mata é o Estado. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, que inclui cidade do Rio Baixada e Niterói/São Gonçalo, o peso da violência do estado é ainda mais brutal. O saldo das ações/operações⁶ policiais deixaram 610 mortos, o que significa 56% de todas as vítimas de letalidade violenta na região.

De 1990 a 2007 todas as grandes chacinas no Rio são cometidas por grupos de extermínio, ou seja, ainda que muito provavelmente tenham sido cometidas também por policiais, foram ações ilegais. De 2007 em diante, depois da Chacina do PAN, as práticas de extermínio foram legalizadas à sombra da aprovação da Lei Antidrogas e do uso recorrente da Garantia da Lei e da Ordem no Rio (o governo federal recorreu a esse mecanismo 10 vezes entre 2007 e 2017). Por fim, a Intervenção Federal em 2018. Chegamos assim em 2021, ano em que foram registradas 44 chacinas na região metropolitana do Rio, 75% delas foram decorrentes de ações/operações policiais.

A Intervenção Federal, decretada pelo então presidente da República Michel Temer, sob o argumento de "pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no estado do Rio de Janeiro", foi o culminar de uma política, do PT, de transformar o exército em uma força regular de apoio às ações de "segurança pública" do governo do Estado.

⁶series historicas de letalidade , ISP, e <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/05/por-que-o-numero-de-pessoas-mortas-por-policiais-aumentou-no-rio-em-2021.ghtml>

⁷plataforma fogo cruzado

⁸Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm. Acesso em: 31 de jul. 2022.

O general do exército Walter Braga Netto assumiu o papel de interventor e exerceu durante a intervenção o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública. E o saldo foi desastroso: foram 1.375 mortos de fevereiro a dezembro de 2018, um valor 33,6% maior do que o registrado em 2017 no mesmo período, segundo dados do Observatório da Intervenção.

A intervenção significou, também, mortes de agentes de segurança: 99 agentes mortos e 140 feridos. Destes, 75% eram policiais militares, em sua maioria praças: 90% dos que morreram eram soldados, cabos, sargentos e subtenentes. E aqui uma curiosidade: apenas 6% dos R\$ 1,2 bilhão destinados ao Gabinete de Intervenção Federal para a "modernização" das polícias e órgãos estaduais de Segurança Pública foram executados. Não à toa, o relatório do Observatório da Intervenção intitulado "A intervenção acabou. Quanto custou?" conclui que "A intervenção federal, comandada pelas Forças Armadas, não resolveu os problemas estruturais da segurança pública do Rio. Se observarmos questões relacionadas apenas à gestão, verificamos que as forças de segurança continuam a funcionar com base em sistemas obsoletos. Os batalhões da PMERJ ainda não contam com sistemas automatizados de controle de munições. As viaturas não são monitoradas em tempo real e nem são automaticamente despachadas para áreas de incidência de crimes, como ocorre em vários locais do Brasil. Os policiais não adotam o uso de câmeras no momento das abordagens policiais, procedimento utilizado por polícias em várias partes do mundo para coibir o excesso de uso da força. A Polícia Civil continua a não divulgar taxas de esclarecimento de crimes. As duas unidades do Instituto Médico Legal e os 19 postos regionais de polícia técnico-científica estão sucateados, sem investimento de recursos na modernização da atividade de perícia".

Além disso, o que vimos foi uma intervenção que agiu em áreas controladas por facções criminosas do narcotráfico, mas que manteve intocadas as áreas controladas pelas milícias. Na região metropolitana, cerca de 3,6 milhões de pessoas vivem em regiões dominadas diretamente pela milícia que controla 57,5% do território da cidade carioca, segundo dados do Grupo de Estudos dos novos ilegalismos da UFF, de outubro de 2020.

Vale lembrar que a vereadora do PSOL Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados quando a cidade do Rio de Janeiro sofria a intervenção do Exército, em 14 de março de 2018. Os executores, vizinhos de Bolsonaro, estão presos, mas até agora não se sabe quem mandou matá-los.

Um ano depois de findada a intervenção federal, o general Walter Braga Netto foi nomeado ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro, foi ministro da defesa e agora é pré-candidato à vice-presidente de Bolsonaro. A intervenção federal militar não resolveu o problema da violência no Rio de Janeiro, mas foi um grande negócio para as milícias e para a cúpula do Exército.

Três das cinco chacinas mais sangrentas da história perpetradas pela polícia do Rio de Janeiro ocorreram nos últimos dois anos: a do Jacarezinho, em maio de 2021, com 28 mortos; a da Vila Cruzeiro, em maio de 2022, com 25 mortos; e a do Complexo do Alemaõ, em julho deste ano com 18 mortos. Todas elas sob o governo Cláudio Castro (PL).

Uma violência que não deixa atingir também os próprios agentes de segurança pública: foram 30 agentes mortos de janeiro a junho deste ano, sendo que 26 estavam fora do serviço. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, "a maioria dos agentes de segurança mortos era da Polícia Militar (16); outros 6 eram da Polícia Ci-

vil; 3 eram da Marinha; 2 da Aeronáutica; 1 do Exército; 1 da Guarda Municipal e 1 do Degase".

Os negócios capitalistas Ilegais

As facções criminosas são como empresas capitalistas, funcionam pela lógica do lucro, vão migrando entre os ramos que mais dão lucratividade num dado momento: roubo de carga, assalto a banco, sequestro, jogos ilegais, narcotráfico, tráfico de armas.

O Rio de Janeiro tem uma longa história de prosperidade de negócios ilegais e é berço do jogo ilegal mais popular do país, o jogo do Bicho. Todos os negócios ilegais têm um ponto em comum, a disputa de mercado não está submetida às regras normais dos estados capitalistas, quando há conflitos que não se resolvem pela negociação entre os diferentes grupos as disputas tendem a ser resolvidas pela via do confronto armado.

O narcotráfico

As drogas são mercadorias como quaisquer outras. Sua produção, circulação e distribuição explicam-se pelas mesmas leis da produção e circulação de mercadorias. No entanto ao ser negócio ilegal, a disputa de mercado não se dá pelos mecanismos normais dos negócios legais. A conquista de territórios e rotas de transporte na maioria das vezes se dá pela via armada, o que não exclui que por vezes se façam pactos e negociações entre as facções. O tráfico de drogas acaba sempre por alimentar o tráfico de armas.

No Rio de Janeiro a expressão desses conflitos se dá pela disputa do controle territorial do varejo de drogas. Esse é um ponto fundamental desta análise. Em mais de 30 anos de conflitos, a única coisa que mudou no mapa foi a cor da facção que controla a boca. A

prisão ou morte de grandes “chefes de morro” não mudou absolutamente nada no ponto central, a maconha e a cocaína continuaram chegando à cidade e sendo vendidas ininterruptamente nestes últimos 30 anos. Porque quem de fato lucra com o tráfico ilegal de entorpecentes não negocia no varejo, mas no atacado (nas cadeias de importação de maconha e pasta-base, distribuição ao varejo nacional e exportação) ou na lavagem de dinheiro do tráfico. Esses grupos vivem social e/ou geograficamente muito longe das favelas do Rio.

Depois das milícias, o Comando Vermelho é a facção que controla mais territórios, a sua maioria na zona norte, centro e sul (todas as favelas da zona Sul) da cidade do Rio e também a região de Niterói/ São Gonçalo. O Terceiro Comando Puro controla alguns territórios na zona norte do Rio, destacando-se a região de Parada de Lucas e Cidade Alta, e tem-se associado cada vez mais em consórcio com as milícias para controle territorial e venda de drogas. A região do Rio que mais tem territórios em disputa é a zona norte e este fato se reflete no maior índice de conflitos armados e logo vítimas de violência letal.

Os picos de letalidade na cidade do Rio refletem períodos de grandes conflitos entre CV, TCP e ADA, nomeadamente no final de 1994, em 2002 (às vésperas das eleições) e em 2017, depois da explosão desses conflitos um novo equilíbrio se instalou e nenhuma das intervenções federais que ocorreu em cada uma dessas datas mudou absolutamente nada nesse processo, no máximo encurtou por algumas semanas/meses o conflito aberto entre facções.

As milícias

O que hoje é intitulado de milícia não tem uma única origem, mas no mínimo duas ou três realidades distintas, a saber: os grupos de extermínio do Rio e da Baixada Fluminense, a "mineira" de Rio das Pedras e a Liga da Justiça em Campo Grande, sendo que esta última provavelmente já surgiu a partir da influência da "mineira" de Rio das Pedras. O termo Milícia surgiu como conceito jornalístico numa reportagem do Globo em 2005 intitulada "milícias de PMs expulsam o tráfico". A difusão deste termo foi popularizada a partir da CPI das milícias, dirigida por Marcelo Freixo.

Distinguem-se de outros grupos de crime organizado por terem em sua composição funcionários do Estado, particularmente ligados à segurança (policiais militares, civis, bombeiros aposentados ou da ativa, funcionários da justiça, do ministério público, do legislativo e do executivo). A sua presença na milícia é fundamental, mesmo que não sejam os "chefes", pois garantem a paz e uma maior liberdade para estabelecer os seus negócios.

O objetivo central dos grupos milicianos é o lucro, e tudo o que possa dar lucro pode ser seu alvo, inclusive o tráfico de drogas. No entanto elas surgem por via da ilegalização de serviços que são na sua origem legais, e /ou pelo estabelecimento de monopólios territoriais de vários serviços, nomeadamente "taxas de segurança", venda de gás, distribuição de internet, construção imobiliária, extração e comercialização de areia, coleta e descarte irregular de lixo. O monopólio destes negócios estabelece-se, de forma semelhante às facções de narcotraficantes, pelo domínio territorial armado.

As milícias não são um grupo homogêneo. Apesar de não se verem conflitos abertos entre diferentes grupos milicianos, tal como nos restantes negócios capitalistas ilegais quando há conflitos ter-

ritoriais que não são resolvidos pela via da negociação, a pendência tende a ser resolvida pela violência armada. Também pode ser resolvida através dos mecanismos do próprio estado: vários milicianos já foram presos porque outros milicianos mais poderosos “armaram” investigações policiais para tirá-los de cena.

A expansão das milícias foi acompanhada de uma diminuição da letalidade violenta oficialmente registrada no Rio de Janeiro e de forma mais marcada nos territórios que controlam. Quando a milícia expulsa o tráfico, ou ocupa um território não dominado, todos os índices de letalidade diminuem, assim como os números de outros crimes (roubo de automóvel, roubo de rua, roubo de carga). Não porque deixam de ocorrer, mas porque a milícia passa a controlar todas as atividades ilegais, incluindo roubo de carga e tráfico. “Você sabe que a milícia ocupou uma área quando os índices de criminalidade começam a cair. É o crime organizado regulando a mancha criminal” – declaração da promotora Simone Sibilio, ex-coordenadora do Gaeco do MP-RJ ao UOL.

As milícias e o narcotráfico

O mito de que as milícias atuavam para expulsar o tráfico das comunidades sempre teve pouco de verdade. Como já foi demonstrado, a maioria das comunidades ocupadas por milícia não era dominada por nenhuma facção⁹. Outras vezes as milícias “taxavam a boca” tal como outros comércios.

Se por um lado a lucratividade do tráfico de drogas atraiu os milicianos, por outro lado a ausência de confrontos com o Estado, e inclusive a proteção de forças de segurança pública contra a invasão de facções rivais, tornaram as áreas dominadas por milícias o terri-

⁹https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio_milicia.pdf

tório ideal para o narcotráfico.

Assim, com sua expansão e com a necessidade de aumentar a taxa de lucros, houve um aumento progressivo do peso do tráfico nas atividades das milícias, acabando por dar origem àquilo que hoje se chama de “narco milícias”. Neste caso, em vez de alugar a boca, a milícia assume diretamente o controle do tráfico numa dada região, ou faz uma parceria com uma facção de narcotraficantes, uma espécie de consórcio. Estima-se que as “narco milícias” atuem em mais de 180 comunidades do Rio e apresentam uma dinâmica de forte expansão.

Os Crimes Comuns (roubo de rua e roubo de veículo)

Estes tipos de crimes são um dos principais pilares de apoio para políticas que reforçam a violência policial. É perfeitamente compreensível que trabalhador que recebe pouco mais que o salário mínimo, vive na periferia, todo o dia enfrenta duas-três horas de transporte público lotado e que no trajeto ainda lhe levam o celular que comprou em 24 parcelas, veja no aumento do policiamento e da truculência policial uma resposta. É importante entender que quem mais sofre com estes crimes é a classe trabalhadora que levanta cedo e volta tarde para casa. A maioria dos assaltos se dá entre as 5-7h e 19-21h, durante os dias de semana. É legítimo que a classe se queira defender deste tipo de criminosos. No entanto o reforço da repressão ostensiva acaba por se virar contra a própria classe, em especial para os negros e negras.

Para combater este tipo específico de crime o que faz sentido é, além de organizar a autodefesa da classe, adotar medidas de combate à miséria. Não é casual que o aumento drástico dos roubos de rua se tenha dado a partir de 2015, ou seja, com a explosão da crise econômica no estado e o consequente aumento exponencial

do desemprego e da miséria. Depois de 2018, de fato houve uma diminuição do registro de roubos de rua e de veículos. No entanto, esta diminuição alcança valores pouco inferiores a 2015, e sabemos que a expansão das milícias leva à diminuição de todos os registros de crimes nas áreas que dominam. É importante lembrar que estas organizações controlam 57% do território do Rio.

Meio ambiente

Em julho de 2012, a Unesco colocou as "Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar" na lista de patrimônios mundiais. No entanto, os sucessivos governos, a burguesia do estado e nacional claramente não valorizam o patrimônio natural do Rio de Janeiro. No que toca ao tema ambiental, podemos ver no estado uma característica bem própria da burguesia brasileira, muito aguçada entre a burguesia fluminense: o seu parasitismo extremo e o caráter predatório e dilapidador com que explora os recursos naturais, como se, tal como a burguesia portuguesa de outrora, este não fosse o seu país, o seu estado, as suas cidades. A regra é explorar tudo ao máximo, investir o mínimo, não importa quais as consequências.

Na verdade, a situação ambiental do estado só não é pior porque existe um processo de desindustrialização absoluta, ou seja, ainda que as poucas indústrias que existem tenham como critério não ter qualquer tipo de cuidado ambiental, os dados referentes à poluição industrial vêm melhorando desde a década de 70 (no geral), não porque houve aumento do tratamento de emissões, mas simplesmente porque o número de indústrias diminuiu. A crise de 2015-2016 e posteriormente a pandemia, paradoxalmente, tiveram um efeito de frear um pouco o drama ambiental ao frear a implantação do COMPERJ e levar ao fechamento de várias indústrias. Acre-

ditamos que não pode ser assim, que é possível manter empregos e desenvolvimento de forma a garantir um equilíbrio entre o bem-estar da população e a preservação do meio ambiente.

Atualmente toda a propaganda do governo e da mídia gira em torno de tentar demonstrar que o grande problema ambiental do estado é o saneamento básico. É de fato um enorme problema que gera uma brutal carga poluidora nos rios, lagoas e na baía, comprometendo a qualidade da água para consumo humano e gerando impactos brutais nos ecossistemas.

Mas, ainda que haja uma desindustrialização no Estado, o peso da poluição industrial é muito alto, em especial porque a indústria é responsável por lançar produtos bem mais danosos ao meio ambiente do que o esgoto doméstico, como o mercúrio e outros metais pesados. A indústria do petróleo gera impactos não só pela extração e refino, mas também pelas instalações industriais acessórias (estaleiros, por exemplo) e outras atividades como a oferta de serviços offshore. O aumento de embarcações interfere diretamente e agressivamente na vida marinha em todos os locais em que há indústria petroleira. Como agravante, os royalties do petróleo, que deveriam ser investidos na compensação dos impactos gerados pela indústria petroleira, são na verdade usados para manter as finanças estaduais acima da linha d'água.

Além disso, no Estado temos outras fontes importantes de impactos ambientais: a indústria metalúrgica e siderúrgica na região sul fluminense e a usina nuclear de Angra dos Reis. Esta última, ainda que até agora não tenha sido responsável por nenhum desastre ambiental, é um risco para a população e gera resíduos altamente tóxicos que podem persistir por mais de 200 mil anos.

Uma parte importante dos problemas ambientais tem como

causa a urbanização descontrolada, já que 96% da população fluminense vive em regiões urbanas, sendo o maior percentual do país. Além disso, 75% da população vive na região metropolitana da capital do estado. Historicamente, exceto pelo eixo Tijuca-Centro-Sul, a urbanização se deu primeiro pela ocupação irregulares de terrenos, por necessidade dos trabalhadores mais pobres, e posteriormente pela criação de infraestruturas necessárias na medida que a população demandava ou que aconteciam catástrofes. Dessa urbanização intensa e descontrolada surgem inúmeros problemas ambientais, que destacamos: 1) a falta de saneamento e serviços de recolha de lixo que tornaram quase todos os recursos hídricos em grandes latrinas, e aqui destaca-se a Baía da Guanabara, bacia hidrográfica do Guandu e o sistema lagunar da baixada de Jacarepaguá; 2) ocupação irregular de terrenos, como encostas de morros e regiões de mangue, gerando outros inúmeros problemas, como enchentes e deslizamentos de terra, para além de desmatamento e agressão à fauna local; Além desses problemas, a degradação do meio ambiente se vê agravada pela atuação de milícias no estado, que têm se especializado em inúmeras atividades criminosas com drásticos impactos ambientais, como despejo ilegal de lixo, construções irregulares e aterros em áreas de proteção ambiental.

Saneamento básico e recolha e tratamento de lixo A Baía da Guanabara

Atualmente os esgotos de cerca de 9 milhões de pessoas, de 15 municípios, e 14 mil indústrias no Rio de Janeiro chegam à Baía. Diariamente são despejados 18.000 litros de esgoto não tratado por segundo, e toneladas de lixo sólido que boiam na superfície. As estações de tratamento de esgoto (ETE) na bacia da Baía da Guanabara

tratam apenas de 5.112 litros por segundo. Nem todo o esgoto é coletado, e como parte do esgoto coletado não é tratado, chegamos a um índice de tratamento de 24,18% na bacia drenante da Guanabara. Além do esgoto, estimativas indicam que diariamente são despejadas cerca de 90 toneladas de resíduos no espelho d'água da baía, trazidos pelos seus afluentes.¹⁰ Todo esse processo de urbanização foi letal para os manguezais da baía. Estima-se que em 1500 os manguezais ocupavam uma superfície aproximada de 261,9 km². Hoje, a área remanescente é de 81,1 km².¹¹ Esses manguezais, apesar de sua drástica diminuição, ainda desempenham suas funções fundamentais no ecossistema da baía e são proteção natural contra enchentes.

A Bacia Hidrográfica do Guandu

Esta bacia atende oito milhões e meio de habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, divididos em 15 municípios. A crise de geosmina no início de 2020 tem como base a intensa poluição doméstica e industrial do Rio Guandu e seus afluentes. Todo o dia são despejados 112 milhões de litros de esgotos domésticos in natura nos rios desta bacia.¹² Dos 15 municípios na bacia hidrográfica, apenas três possuem rede de coleta e tratamento de esgoto; ademais, mesmo nesses municípios, os índices de tratamento do esgoto gerado são insuficientes: Nova Iguaçu, 1,45%; Piraí, 19,5%; e Rio de Janeiro, 40%. Tal como na baía da Guanabara as ETEs apresentam inúmeros problemas. Das 78 existentes, 45 estavam com restrições ou paradas por problemas elétricos, mecânicos e, em alguns casos, por ausência de rede de coleta.

¹⁰ Alencar, Emanuel, Baía de Guanabara: descaso e resistência / Emanuel Alencar. – [2. ed.] – Rio de Janeiro : Mórula : Fundação Heinrich Böll, 2021, p67

¹¹ BAÍA DE GUANABARA: DESCASO E RESISTÊNCIA

¹² <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1415/caminhos-para-viabilizacao-da-convergencia-de-interesses-na-despoluicao-do-rio-guandu-rio-de-janeiro-brasil>

Os problemas ambientais causados pela indústria

Do ponto de vista qualitativo, a indústria é responsável por lançar produtos bem mais danosos ao meio ambiente do que o esgoto doméstico, como o mercúrio e outros metais pesados. A poluição industrial na Baía da Guanabara e na Bacia Hidrográfica do Guandu é uma autêntica caixa preta. Sabemos que os níveis de poluição são altíssimos, mas ninguém é responsabilizado.

Estima-se que diariamente sejam despejados na baía de Guanabara 7 toneladas de óleo e cerca de 300 quilos de metais pesados como chumbo, mercúrio.¹³

No que diz respeito à exploração do petróleo, nos últimos 22 anos houve pelo menos dois grandes desastres ambientais na Baía ligados ao rompimento de dutos, em Janeiro 2000 e dezembro de 2018. É comum o despejo de grandes quantidade de óleos e efluentes tóxicos, especialmente pela EDUC.

Na Bacia do Guandu existem no mínimo 162 estabelecimentos industriais.¹⁴ A qualidade das águas também é afetada pela atividade de extração mineral de areia, sobretudo no município de Seropédica. A presença de metais pesados nos sedimentos da bacia encontra-se em concentrações muito acima da média mundial, atingindo para Ni, Cu e Fe valores próximos ao do Rio Reno, na Alemanha, quando este era conhecido por ser um dos mais poluídos do mundo.¹⁵

¹³ relatório da Comissão Especial Baía da Guanabara da ALERJ , p45

¹⁴ Conflitos municipais no planejamento hídrico regional: o exemplo da Bacia do Guandu/RJ / Alene de Oliveira Barbosa; orientador: Luiz Felipe Guanaes Rego; co-orientador: Rafael da Silva Nunes. – 2020.'

¹⁵ Influência de atividades industriais na poluição por metais no Rio Guandu, Baía de Sepetiba-RJ, Friedrich Wilhelm Herms Handerson agnaldo de almeida Lanzillotta, in Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim/Comitê da Bacia Hidrográfica Guandu/ organizado por Décio Tubbs Filho, Julio Cesar Oliveira Antunes, Janaina Silva Vettorazzi. --- Rio de Janeiro: INEA, 2012.

REDUC e REFIT¹⁶

Ambas comprovadamente não atuam sequer de acordo com a legislação ambiental e já assinaram vários TACs (Termo de Ajuste de Conduta, documento no qual o acionado se compromete a ajustar alguma conduta considerada ilegal e que vai passar a cumprir a lei) em consequência de descumprimentos. Os principais problemas decorrem de: lançamento de efluentes tóxicos / cancerígenos como benzeno, tolueno, etil benzeno e xileno (BTEX) em cursos de água; ausência de sistemas de monitoramento contínuo dos gases emitidos pelas chaminés da refinaria; necessidade de redução das emissões de óxidos de enxofre (SOx) e a obrigação de prevenir a contaminação de águas de chuva por óleos resultantes da atividade industrial.

Termelétricas em Macaé - Norte fluminense

Macaé já tem duas termelétricas (UTEs) instaladas, tem uma terceira em construção e planos para mais 12. O Rio já é o estado com maior emissão de gases de efeito estufa do país. Com 12 termelétricas há risco de formação de chuvas ácidas.

Não há água suficiente para abastecer a população e o complexo termelétrico numa cidade onde estima-se que 80 mil pessoas já não têm fornecimento contínuo. Só as duas UTEs existentes e a que está em construção consomem 55% de toda a água consumida no município.

¹⁶ Refinarias de Petróleo localizadas em Caxias e Manguinhos, respectivamente.

Indústria metalúrgica e siderúrgica na região sul fluminense

A empresa que causa mais impacto é sem dúvida a CSN em Volta Redonda. Desde 1994 que a CSN vem assinando e descumprindo inúmeros TACs e os problemas ambientais permanecem, em especial o “pó preto” (uma poeira densa com limalha de ferro), emitido pela usina, que se acumula na cidade e nos pulmões dos seus habitantes. Não é só a usina que emite o “pó preto”, mas também o depósito de escória irregular no bairro Brasilândia ameaça os moradores e o rio Paraíba do Sul. O depósito tem mais de 30 metros de altura e é uma verdadeira emergência ambiental e humana, pelo risco de desabamento e soterramento das habitações mais próximas assim como de contaminação do Rio Paraíba do Sul.

Usina nuclear de Angra dos Reis

A energia nuclear é muito propagandeada como sendo livre de carbono, logo uma energia verde, mas os riscos e gastos associados a sua produção são muito altos. Além disso, depois de usado, o combustível nuclear continua extremamente radioativo e precisa ser armazenado em condições especiais por cerca de 200 mil anos.

Milícias e o meio ambiente

Um dos negócios mais lucrativos das milícias, garantido pelo déficit habitacional do Rio, é o mercado imobiliário, em torno dos quais as milícias cometem inúmeros crimes ambientais, nomeadamente: desmatamento e aterros em áreas de proteção ambiental, extração ilegal de areia e despejo ilegal de entulho (muitas vezes usado para aterrinar áreas de mangue). Levantamento da Secretaria municipal

do meio ambiente, a partir de dados de satélites disponíveis, revelam que de janeiro de 2017 a janeiro de 2020, só a cidade do Rio perdeu 497 hectares em áreas verdes, equivalentes a 460 campos de futebol.

A extração irregular de areia é mais uma das frentes criminosas ligadas à construção ilegal, que potencializa ainda mais os impactos da extração de areia, que por si só já é altamente danosa para o meio ambiente. Mais uma vez um dos focos são as Áreas de Proteção Ambiental, valendo-se dos parcisos meios de fiscalização que os órgãos de proteção têm. A extração ilegal de areia é a terceira atividade criminosa mais lucrativa do mundo – atrás apenas de pirataria e do tráfico de drogas.

Também têm se especializado no roubo de combustíveis através de furos em oleodutos provocando derrame de óleos no solo e lençóis freáticos.

Racismo no Rio de Janeiro

Com cerca de 9,4 milhões de negras e negros, o Rio de Janeiro é um dos estados mais negros do Brasil. É impossível entender esse fato sem levar em conta que no Brasil, país que mais recebeu negros escravizados na história, seus principais destinos foram Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

O capitalismo se alimentou da escravidão negra para se desenvolver e industrializar as principais potências europeias. E, para justificar a escravidão negra, a burguesia criou todo tipo de ideologias racistas. E garantiu a sobrevivência das ideologias racistas mesmo após o fim da escravidão para dividir os trabalhadores em dois campos hostis.

A abolição da escravidão, em 1888, ao não ter sido acompanhada de políticas de reparações, colocou milhões de negros e ne-

gras às margens do mercado de trabalho assalariado (destinado aos imigrantes europeus). Além disso, leis como a Lei de Terras, de 1850, terminaram bloqueando o acesso à terra e moradia decente para os negros. São processos históricos como esses que explicam que cerca de 20% da população da cidade do Rio de Janeiro viva em favelas.

A decadência econômica experimentada pelo estado do Rio de Janeiro se manifesta no aprofundamento do racismo em suas mais diferentes feições. Os negros conformam a maioria da classe trabalhadora do estado, no entanto, recebem os piores salários, conforme dados da PNAD/IBGE. Em 2021, enquanto um trabalhador branco recebia em média R\$ 4.064 um trabalhador negro recebia em média R\$ 2.042, ou seja, 50% a menos.

No que tange à violência, os números são ainda mais expressivos. Segundo dados da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, 81% dos presos por reconhecimento fotográfico são negros. Em média, essas pessoas presas por reconhecimento fotográfico permaneceram detidas por cerca de nove meses. Os dados sobre homicídio revelam uma política indisfarçavelmente racista: segundo relatório da Rede de Observatórios da Segurança, 86% das pessoas assassinadas no estado do Rio de Janeiro, em 2020, eram negras.

Sob o governo de Cláudio Castro (PL), a violência racista se tornou mais aguda, como evidenciam os dados já citados três das cinco operações policiais mais sangrentas da região metropolitana do Rio de Janeiro aconteceram sob o seu comando.

Segundo a PNAD 2017, 43,8% da população do estado do Rio de Janeiro se autodeclarou branca, e 55,7% se autodeclarou negra (preta e parda). Os homens negros vivem em média menos do que os homens brancos. O mesmo vale para as mulheres negras, que vivem em média menos do que as mulheres brancas. Para o estado

foram contabilizados três vezes mais homens brancos de 80 anos ou mais do que negros, e 2,5 vezes mais mulheres brancas de 80 anos ou mais do que negras.

Outros indicadores, como a taxa de analfabetismo e a renda média, também traduzem diferenças expressivas segundo cor/raça: do total de analfabetos com 15 anos ou mais do estado do Rio de Janeiro em 2017, 65% eram negros. Quanto ao rendimento, a desigualdade também é marcante. A população negra recebeu em média 65% do total que foi auferido pela população branca.

A situação das mulheres trabalhadoras

O caos social pelo qual passa o Rio de Janeiro, a crise econômica e a violação de direitos afetam especialmente as mulheres trabalhadoras e jovens do estado, especialmente quando se fala sobre mulheres negras. A violência, a miséria e o desemprego, demonstram que cada vez mais a vida das mulheres tem piorado no Rio de Janeiro.

Os casos de feminicídio aumentaram 73% nos últimos cinco anos no Estado. Uma pesquisa sobre violência contra as mulheres no Estado do Rio de Janeiro analisou os dados referentes ao ano de 2020. Naquele ano, nos primeiros meses da pandemia se observou uma redução nos registros de ocorrência na Polícia Civil e no Disque Denúncia relativos aos crimes contra a mulher. É provável que o contexto de pandemia tenha provocado uma redução nas denúncias, já que deixou as mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Já no serviço 190 da PM houve aumento nas ligações relativas a esses crimes (5,8%). Porém, mesmo em relação aos registros em que se observou queda, esse número voltou a crescer com o passar dos meses, e terminou-se o ano com dados bem semelhantes aos de 2019. A pesquisa mostra os dados relativos tanto a homicídios que

vitimaram mulheres quanto os crimes cometidos especificamente pelo fato da vítima ser mulher (feminicídio). Os dados mostram que em 2020, 67% das mulheres assassinadas no RJ foram negras (pretas ou pardas). No caso dos feminicídios, dos 121 casos registrados, 55% vitimaram mulheres negras, e 58% ocorreram dentro das casas das vítimas. Na Baixada Fluminense os crimes cometidos no ambiente doméstico chegam a 70% dos casos. Quando consideradas as tentativas de feminicídio, foram 270 casos no referido ano, sendo que em 197 deles o autor do crime foi o companheiro ou ex-companheiro das vítimas, o que significa 73% dos casos.¹⁷

Apenas de janeiro a maio de 2022, foram 52 mulheres mortas. Em 2017, nesse mesmo período, foram 30 mortes. Houve também um aumento de 20% nas tentativas de feminicídio.¹⁸

Quando falamos da violência doméstica e sexual, os dados são estarrecedores: um levantamento feito pelo jornal O Globo mostrou que na última década houve 4 mil casos de estupro coletivo no Estado, o que significa uma média de mais de um por dia. Nesse ano de 2022, já foram levantadas 102 denúncias, ou seja, um caso a cada 36 horas. Esses dados geram mais revolta quando vemos que 75% das vítimas eram menores de idade, sendo metade delas menores de 11 anos.

Ainda em relação à violência sexual, um levantamento da Secretaria Estadual de Saúde mostrou que entre os anos de 2017 e 2021 foram registradas 17.480 notificações de estupro, sendo 66% contra crianças ou adolescentes. Importante dizer também que existe ainda uma enorme subnotificação, porque muitas vítimas não con-

¹⁷ Violência contra mulheres e letalidade feminina no Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / Raquel Willadino... [et al.]. – Rio de Janeiro : Observatório de Favelas, 2022. 215 p. ; PDF; 19MB

¹⁸ Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do RJ, disponíveis em http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/relatorio_feminicidio.html

seguem ou são coagidas a não denunciar. Em relação à violência doméstica, em 2020 foram cerca de 98 mil vítimas no estado¹⁹. Nesse mesmo ano, 78 foram mortas vítimas de feminicídio.

Situação das LGBTIs no Rio de Janeiro

A crise generalizada, econômica, social e política atinge de forma mais acentuada os setores oprimidos e condena as LGBTIs ao aumento da violência e a retirada de direitos.

A ultradireita no poder, que tem no RJ o governador Cláudio Castro como um de seus representantes, fez retroceder conquistas históricas que as LGBTIs arrancaram com muita luta, como o tratamento de referência e medicamentos gratuitos a pacientes soropositivos; não destinou um centavo sequer ao combate à LGBTfobia e apresentou o Projeto Escola Sem Partido.

Bolsonaro e toda sua laia – Damares, o asqueroso Flávio Bolsonaro e outros setores reacionários do Congresso – incentivam o ódio às LGBTIs, às mulheres, negros, indígenas e imigrantes, não simplesmente como uma “cortina de fumaça”, mas a serviço de impor seu projeto genocida e autoritário, pois as opressões dividem nossa classe. Seu discurso de ódio e de defesa da ditadura potencializam a violência aos setores oprimidos. Os mais recentes dados relacionados a esses setores, como o aumento de 30% nas taxas de assassinatos de LGBTIs, confirmam o cenário bárbaro a que estão submetidos e que se aprofunda no RJ.

¹⁹ Dados do Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública

As LGBTIs sofrem também com a invisibilidade que é imposta por orientações governamentais e político-ideológicas. Uma pesquisa do Grupo Arco-Íris e da Aliança Nacional LGBTI²⁰ mostrou que “não há hoje como saber quantos registros de ocorrência são feitos em cada delegacia do estado do Rio de Janeiro sobre violência em razão de orientação sexual e identidade de gênero de forma clara, objetiva, direta e transparente”.²¹

Ao mesmo tempo, um setor da burguesia busca se apresentar como “amiga” dos LGBTIs, aproveitando as datas comemorativas da luta deste setor, em particular o mês de junho, promovendo campanhas publicitárias, patrocinando Paradas de Orgulho LGBTI e dirigindo parte de seus negócios para a área de entretenimento e lazer focado no segmento. Além de gerar lucros, isso alimenta as ilusões na possibilidade de uma “inclusão” plena das LGBTIs dentro da sociedade capitalista.

Os mesmos empresários e empresárias que buscam criar esta imagem LGBTI friendly, são os que apoiam todas as contrarreformas neoliberais que atacam de conjunto os trabalhadores e que pressionam pelas privatizações, na lógica de ampliar suas esferas de atuação e ampliar sua riqueza. Não há caminho individual, por meio do consumo, empoderamento ou empreendedorismo que vá resolver o problema crucial da marginalização, superexploração, bloqueio de acesso à educação, violência e eliminação física que nós, LGBTIs, sofremos.

²⁰ A pesquisa intitulada Painel da Violência Contra a População LGBTI+ Rio, foi lançada em, 09 de julho de 2021, e trazia sugestões à Polícia Civil, ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, além de projetos de lei de âmbito federal e estadual.

²¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-07/pesquisa-sugere-mais-transparencia-em-dados-sobre-lgbtfobia-no-rio> (acesso em 29/07/22)

Juventude trabalhadora condenada pela fome, miséria ou bala

Ser jovem hoje no Brasil e no Rio de Janeiro significa muitos peradelos. Hoje, no Rio de Janeiro, existem dois estados: aquele dos cartões postais da praia de Copacabana e o que se esconde por trás dos túneis e pontes. Existem duas juventudes: a juventude rica, que tem acesso a todo paraíso da natureza, ao lazer, à educação e conseguem bons empregos; e do outro lado, a juventude pobre, que está na mira da bala da polícia militar, com a educação sucateada e condenada ao desemprego. A luta é diária, apenas para existir, para continuarmos vivos, contra a violência policial, o machismo, o racismo, a LGBTIfobia, que matam tantos jovens. Isso sem falar de todos os problemas ambientais de um planeta que o capitalismo destrói cotidianamente.

Falam para os jovens que basta esforço para que se alcance uma vida boa ou melhor. Falam que o jovem pode ser empreendedor e se tornar o próprio patrão. Entretanto, na realidade temos empregos informais ou precarizados, como os entregadores de aplicativos. Carteira assinada virou luxo de poucos. Enquanto isso, os alimentos no mercado estão cada vez mais caros, o transporte público custa quase 7 reais, e as contas aumentando.

Em relação à educação, vemos mais sucateamento e precarização. As universidades federais foram afetadas com os cortes do governo federal diretamente. Isso significa que os estudantes que mais necessitam dos auxílios permanência serão aqueles diretamente afetados, pois são os primeiros direitos a serem cortados. Ou seja, são os jovens estudantes e trabalhadores que talvez não consigam sequer se formar. E mesmo aqueles que conseguem duramente se formar, pode ser que não consigam emprego. Atualmente, com tanta crise, ter um diploma não significa necessariamente um bom emprego.

A política de Claudio Castro, seguida pela política nacional de Bolsonaro, é de genocídio completo à nossa juventude negra. Sob a justificativa fajuta do combate ao tráfico de drogas, cotidianamente somos acordados com notícias de uma nova chacina em alguma favela do Rio de Janeiro. Quantas vezes não vemos crianças e adolescentes, que estavam indo para suas escolas, perderem a vida numa "bala perdida"? Quantas famílias mais terão que chorar a morte de seus filhos? Infelizmente sabemos que a bala não é perdida. Ela tem endereço, e é na mira da juventude negra e pobre do Rio de Janeiro.

População idosa condenada ao abandono

Segundo estimativas do IBGE, cerca de 11% da população do Estado é composta por idosos, totalizando mais de 1,8 milhões de pessoas. A grande maioria desses idosos pertence à classe trabalhadora, explorada durante a maior parte da vida, e abandonada em seus últimos anos. Diferentemente dos idosos da burguesia, que desfrutam das melhores condições de assistência médica e hospitalar aqui e no exterior e que têm o direito ao conforto, a classe trabalhadora passa a velhice amargando em filas; um dia na fila do banco, outro no posto de saúde, no posto do INSS etc.

Nos planos econômicos dos governos, são recorrentemente apresentados como peso negativo nos orçamentos. Após se dedicarem ao trabalho por toda uma vida, produzindo riquezas que foram apropriadas pela burguesia, são abandonados à própria sorte, muitas vezes considerados um estorvo pelas famílias. Além de piorar significativamente sua qualidade de vida, a pandemia impactou os idosos também no aumento da violência, sofrida principalmente em suas próprias moradias.

Muitas vezes com dificuldade de mobilidade e saúde mais frá-

gil, são grandes vítimas do sucateamento dos serviços de saúde e dos problemas relacionados à moradia. Assim, tornam-se presas fáceis dos centros sociais impulsionados pelo que há de pior dos políticos burgueses, ou são obrigados a viver em abrigos de igrejas, muitas vezes precários.

A questão dos idosos é mais uma das cruéis contradições do sistema a que estamos submetidos. Não há lugar para os idosos no modo de produção capitalista, apesar de observarmos um processo de envelhecimento da população mundial.

Crise política no estado e a ultradireita

O processo de decadência econômica do RJ nos ajuda a compreender melhor a profunda crise política pela qual passa o Estado. Há um processo de decomposição social que se expressa na violência, no desemprego, na falta de moradia e de serviços básicos, e também na representação política. O Rio de Janeiro já foi um dos estados onde o PCB, de antes da ditadura e à época o principal partido de esquerda do país era uma força política importante. Depois da redemocratização o Brizolismo, que poderia ser taxada de um tipo de populismo de esquerda, foi a principal força política do estado por anos. Nos anos 2000, o PSOL se tornou um partido importante no estado, ganhando setores da juventude, da classe média e setores importantes da classe trabalhadora, em especial funcionários do estado, os ligados a educação.

No entanto a decadência econômica, o desespero e a violência, estatal ou não, somados à incapacidade, seja do populismo de esquerda, seja do PT quando foi governo federal (em aliança com o pior da representação política do Rio), seja do PSOL de se apresentar como uma alternativa, gerou um caldo de cultura onde foi possível

surgir Bolsonaro e o Bolsonarismo. Hoje essa corrente pode ganhar as eleições no estado do RJ. E mesmo que não ganhe, a ultradireita é um fenômeno que veio para ficar e precisa ser enfrentada.

A crise da representação burguesa tradicional e o governo Claudio Castro

Nos últimos anos, 6 governadores do Estado foram presos ou respondem a processos por corrupção. Mas nem sempre foi assim. Em aliança com o PT durante os governos Lula/Dilma, Cabral gozou de alta popularidade num período de crescimento econômico e megaeventos no RJ, que foram uma enorme fonte de corrupção e obras faraônicas que só deixaram mais dívidas. Enquanto populações eram removidas de suas moradias para dar lugar a esses empreendimentos, o superfaturamento e o desvio de verbas públicas levaram ao crescimento estrondoso da riqueza de algumas famílias, como Fernando Cavendish e Eike Batista. O grande arco de alianças do período garantia praticamente nenhuma oposição e facilitavam os negócios ilícitos. Segundo dados das investigações, pelo menos cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado participava de atos de corrupção e cerca de 20% das obras públicas eram desviados.²² Além disso, a política de isentar as grandes empresas que se instalaram no estado levou a uma perda de mais de mais de 138 bilhões de reais de 2008 a 2013.

O aprofundamento da crise política fez o RJ eleger um governador alinhado ao setor da extrema direita bolsonarista, mas a onda que ele surfou também o engoliu. Com apenas um ano e meio de mandato, Witzel caiu, dando lugar ao desconhecido Claudio Castro.

²²Os 5 conselheiros do TCU foram presos em uma operação da Polícia Federal em 2017, e um sexto conselheiro, também envolvido, foi beneficiado por delação premiada.

Castro vem seguindo o mesmo projeto de seus antecessores. Avançou na implementação do ajuste fiscal, privatizou a CEDAE e aprofundou o projeto de genocídio do povo negro das favelas e periferias. Como parte do novo acordo de recuperação fiscal, Castro aprovou um pacote de ataques aos servidores estaduais, que prevê aumento da idade mínima de aposentadoria, extinção dos triênios (que representavam até 60% do salário dos trabalhadores), proibição de novos concursos para áreas fundamentais como assistência social e meio ambiente, fragilizando ainda mais os serviços públicos, e a imposição de um novo teto de gastos, que asfixia as finanças do Estado e proíbe investimentos significativos em praticamente qualquer área, exceto o pagamento da dívida pública.

Freixo e a Frente Ampla não podem resolver os problemas do RJ

A Frente Ampla em torno da candidatura de Marcelo Freixo (PSB) ao Governo do Estado reúne diversos partidos, entre eles o PT, o PCdoB e o PSOL, e se propõe a reunir todos que se colocam contra Bolsonaro. Para compor esse arco de alianças, Freixo já buscou Cesar Maia e Eduardo Paes, políticos que antes denunciava por serem coniventes com as milícias, o economista liberal Armínio Fraga, o ex-ministro da defesa Raul Jungman, que durante o governo Temer foi responsável pela intervenção militar no RJ, entre outros representantes da burguesia.

A aliança com o que há de mais nefasto na política carioca já era uma prática do PT e do PCdoB no Estado. Benedita foi vice de Anthony Garotinho, um corrupto de carteirinha, e um dos tantos governadores do Rio de Janeiro presos. Posteriormente, esses partidos ajudaram a eleger e apoiaram a gestão de Sérgio Cabral. O PT,

na figura de Benedita, continuou ocupando a Secretaria de Direitos Humanos do governo Cabral após a chacina no Complexo do Alemão às vésperas dos Jogos Pan-Americanos de 2007, em que 19 jovens foram assassinados numa operação da polícia militar. Sobre essa operação, Lula comentou de forma desdenhosa que “não se combate a violência com rosas”.

Atualmente, talvez a maior vergonha do PT no RJ seja André Ceciliano. Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o deputado foi um dos maiores idealizadores do novo Plano de Recuperação Fiscal, que prevê ataques aos direitos e contenção de despesas nas áreas sociais no Estado para garantir o pagamento da dívida pública. Ceciliano chegou a ameaçar deputados para garantir a votação em seu projeto. São públicas e bastante comentadas na imprensa as relações de Ceciliano com o atual governador, Claudio Castro, candidato de Bolsonaro à reeleição.

O PSOL justifica sua participação nessa frente pela necessidade de derrotar o Bolsonarismo. Decidiu que não participará das atividades de campanha em que o candidato a vice-governador, Cesar Maia, estiver presente. Porém, a presença ou não de Maia em um evento não anula o fato de que ele é parte fundamental desse projeto de governo. A coligação que se apresenta no RJ é politicamente bastante similar à chapa nacional, Lula-Alkmin, o que não tem impedido as figuras públicas do PSOL de exaltá-la. Foi ainda dentro do PSOL que Freixo construiu o caminho que o levou a onde está hoje, muito perto de tudo aquilo que sempre criticou.

Se ganhar, Freixo infelizmente governará cercado por gente que defende arrocho salarial, flexibilização trabalhista, isenção fiscal para os ricos. Governará ao lado de quem defendeu as milícias e não a combateu.

Os problemas enfrentados pela classe trabalhadora no Rio de Janeiro existem porque há aqueles que se beneficiam de tudo isso, e não tem qualquer interesse em uma mudança. Empresários e banqueiros que nada produzem, mas lucram em cima das isenções fiscais ou dos milhões pagos como juros da dívida pública. Políticos que se colocam a serviço destes e dos grupos milicianos que movimentam os negócios ilegais no Estado. Não é possível resolver esses problemas sem mexer nesses interesses. A aliança daqueles que se dizem defensores da classe trabalhadora com os mesmos políticos que sempre governaram o Estado só vai trazer mais derrotas, desmoralização e fazer aumentar o caldo que alimenta o bolsonarismo no Rio de Janeiro.

**POR UM PLANO DE OBRAS
PÚBLICAS QUE GARANTA
EMPREGO E RENDA**

2.

É urgente inverter a lógica que prioriza os lucros de uma dúzia de bilionários enquanto milhões estão passando fome no RJ. É necessário pôr em movimento, através da mobilização da classe, um plano emergencial para acabar com a fome e garantir emprego, moradia e uma vida digna para os trabalhadores. Garantir a implementação de medidas que vão ao sentido oposto da Reforma Trabalhista, da Lei das Terceirizações e demais legislações que retiram direitos e precarizam o trabalho.

Em primeiro lugar, precisamos de assistência a todos os desempregados e suas famílias, para garantir que possam sobreviver com dignidade até que tenham de volta seu trabalho. Por isso propomos que todos os desempregados recebam um auxílio emergencial de um salário mínimo, até que se garanta o pleno emprego. Também devem ser isentos de todas as taxas, de luz, água, IPTU etc. Ter direito a passe livre em ônibus, trem e metrô. Devem receber auxílio aluguel, nos casos em que forem locatários de pequenos proprietários, e que seja decretada moratória, no caso em que forem locatários das grandes construtoras e grandes proprietários de casas e apartamentos.

Para garantir emprego para todos, é necessário reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais e estabelecer um piso salarial estadual que garanta o sustento dos trabalhadores sem que precisem fazer horas extras.

O trabalho precário, além de não garantir condições dignas de vida e aumentar a exploração, diminui o número de vagas e aumenta a divisão de nossa classe. Por isso, é necessário proibir as terceirizações, em primeiro lugar nas empresas estatais. Defendemos o fim das empresas terceirizadas e a incorporação dos trabalhadores à empresa ou instituição tomadora de serviço, com todos os direitos dos trabalhadores hoje efetivos. Nas escolas, por exemplo, é preciso

efetivar os terceirizados que já atuam em diversas funções.

No caso dos serviços que exigem formação de terceiro grau, chefias, cargos de confiança e com altos salários, defendemos concurso público, exame classificatório ou alguma medida similar. Defendemos que, em caso de concurso, o tempo de serviço e a experiência no cargo devem contar como pontuação para a classificação desse trabalhador.

Todos os concursados dos órgãos públicos estaduais e dos municípios devem ser convocados imediatamente. As escolas, por exemplo, precisam de mais profissionais de todos os cargos. Onde não houver bancos de espera, devem ser realizados concursos públicos de emergência.

Defendemos também a proibição das demissões e propomos a ocupação das empresas que demitirem, para estatização sob controle dos trabalhadores.

É preciso um plano de obras públicas para o estado do Rio de Janeiro, que construa:

- Creches e escolas, além de reformar as escolas estaduais, garantindo estrutura de qualidade com saneamento, laboratórios de ciência e informática e quadras poliesportivas.
- Clínicas da família
- UPAs e hospitais.
- Restaurantes populares.
- Casas populares para resolver o déficit habitacional do Estado, além de realizar obras de esgoto e saneamento em geral, garantindo água potável e saneamento básico para todos os municípios, em particular à população dos subúrbios e das favelas do estado do Rio de Janeiro.

- Casas-abrigo e centros de tratamento médico e psicológico para mulheres e LGBTIs vítimas de violência. Moradia fixa para LGBTIs expulsas de casa.
- Equipamentos culturais como museus, salas de cinema, teatros, bibliotecas, arquivos públicos e centros culturais nos subúrbios, bairros operários e favelas.
- Equipamentos para práticas esportivas, como ginásios poliesportivos e áreas verdes nos subúrbios, bairros operários e favelas.
- Residências e espaços de lazer para idosos, além de clínicas geriátricas dotadas de todos os confortos e acessibilidades.

Um plano discutido com a população e os movimentos sociais que lutam pela moradia, saúde, educação, contra as opressões, elaborado por quem sente na pele os problemas do nosso Estado e sabe quais as maiores necessidades. Com um plano de tal magnitude seria possível de uma só vez, gerar empregos, atender as necessidades da população e reativar parcialmente a economia.

Com uma taxação especial da fortuna dos bilionários cariocas já seria possível resolver todos esses problemas emergenciais, garantindo o acesso à moradia, saúde, educação e gerando empregos.

**SERVIÇOS PÚBLICOS DE
QUALIDADE A SERVIÇO DA
CLASSE TRABALHADORA.**

3.

Reestatizar os transportes sob o controle dos trabalhadores e população usuária

O PDM (Plano Diretor Metroviário, de dezembro de 2017) apontava a necessidade de um investimento de mais de 70 bilhões de reais em infraestrutura e material rodante, para, num prazo de 30 anos, constituir uma rede de 150 km, que atenderia desde a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (Deodoro, Jacarepaguá e Barra) até Caxias, Niterói e São Gonçalo.

Esta obra, em conjunto com a recuperação da malha ferroviária da SuperVia, poderia garantir a mobilidade urbana da população de grande parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com rapidez e baixo índice poluente. Há também linhas desativadas há décadas no estado, parte delas está sendo recuperada para fins turísticos, mas que poderia servir como meio de transporte regular para a população. Contudo, enquanto tais empresas estiverem em mãos privadas, enquanto sua utilização estiver direcionada na consecução de lucros e dividendos para as empresas ou consórcios que as controlam, este desejo da população trabalhadora do Grande Rio continuará sendo uma grande utopia.

Para viabilizar um sistema universal de transporte público é necessário ampliar a malha metro ferroviária. Somente assim é possível um sistema eficiente e proporcionalmente barato. Isso deve ser feito de forma que o sistema rodoviário seja um complemento ao sistema metro ferroviário, e não o contrário. A construção desse sistema, como vimos, não é do interesse do setor privado devido aos elevados investimentos iniciais necessários e o elevado tempo de retorno desses mesmos investimentos.

Só uma nova gestão, na qual a representação dos funcionários destas empresas esteja no comando, junto com a representação da

classe trabalhadora organizada dos diversos municípios do Estado (sindicatos, associações de moradores e de usuários, entidades estudantis, etc.), com a prestação pública de sua movimentação contábil-financeira e com debates públicos sobre as estratégias de expansão e manutenção dos serviços, pode indicar quais as principais demandas que devem ser alcançadas ao longo do tempo por tais empresas. Assim, trabalhadores das empresas e população usuária poderão, enfim, construir os planos para garantir à maioria da população o acesso a serviços de transportes baratos, ágeis e de boa qualidade.

Em primeiro lugar, portanto, é necessária a revogação das privatizações da SuperVia e do Metrô Rio, sem indenização, e que o comando dessas empresas esteja sob o controle dos trabalhadores.

Propomos também uma auditoria pública de toda a movimentação financeira do período da privatização dos serviços até a sua retomada pelo estado. Abertura de inquéritos e processos judiciais contra empresários, governantes e políticos que tenham participação em desvios e superfaturamento de obras de manutenção, expansão, modernização, etc. Expropriação do patrimônio dos antigos dirigentes dos consórcios que controlaram tais empresas e demais envolvidos em tais crimes, para reposição dos recursos perdidos para a corrupção.

Por um sistema de educação totalmente público e de qualidade, da creche à universidade

Defendemos em primeiro lugar, como mínimo, o investimento de 25% do orçamento na educação, como determina a constituição. Isso deve ser realizado em conjunto com a revogação de medidas que retiram verba da educação, como é a famigerada Emenda Constitucional 95 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com o aumento do investimento, devemos, como incremento do plano de obras públicas, dotar as escolas de toda estrutura que potencialize a educação de nossos jovens e crianças, como laboratórios de ciência e informática, bibliotecas e quadras esportivas. As escolas precisam ter de internet gratuita para os profissionais e estudantes.

Do ponto de vista pedagógico, é necessário cessar imediatamente a implementação autoritária do Novo Ensino Médio (NEM) realizado pela Seeduc (Secretaria Estadual de Educação do RJ). Nossos jovens não podem ter o conhecimento negado. Portanto, em oposição ao NEM, defendemos a construção de uma proposta pedagógica construída legitimamente no chão da escola pela comunidade escolar (profissionais, estudantes e responsáveis), num processo democrático, sem interferência da iniciativa privada, pautada na defesa de uma escola pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada na classe trabalhadora. As escolas devem ser palco da democracia dos trabalhadores, elegendo de forma autônoma suas equipes de direção. Não aos projetos autoritários como Escola sem Partido e Escolas cívico-militares.

Para que a educação básica seja de fato democrática é preciso que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à mesma qualidade de ensino e infra-estrutura. Por isso, juntamente com o aumento das verbas investidas, defendemos a estatização de todo o

sistema educacional. Educação não é mercadoria!

O aumento de verbas para a educação no Estado é necessário também para a manutenção e expansão das instituições de ensino superior. Para a maioria dos moradores do Estado, não há nenhum acesso à educação superior. Parte dessa expansão precisa se apoiar na estatização das inúmeras instituições privadas, que serão capazes de atender muito mais alunos, com muito mais qualidade, a partir do momento em que deixarem de ter como objetivo o lucro de seus proprietários. Consequentemente, as dívidas estudantis devem ser extintas.

A expansão precisa contemplar com qualidade as diversas regiões do Estado. Hoje as únicas opções públicas de curso de Medicina, por exemplo, estão na capital, em Niterói e em Macaé. Comunicação Social, apenas no Rio e Niterói; Medicina Veterinária, apenas em Seropédica, Niterói e Campos dos Goytacazes. Os cursos oferecidos fora do eixo Rio-Niterói, especialmente no interior, via de regra são voltados apenas para os poucos aspectos econômicos já existentes na região, como extração de petróleo no Norte Fluminense, metalurgia e siderurgia no Sul Fluminense, e agroindústria no interior em geral, fechando horizontes aos habitantes dessas áreas e forçando o deslocamento para o centro, especialmente para quem quer estudar artes e ciências da saúde.

Além disso, é fundamental que a educação superior seja não apenas propriedade do governo, mas de fato controlada pelo público: seus estudantes, trabalhadores e os moradores das regiões em que as instituições estiverem situadas. A condução política, técnica e administrativa precisa deixar de lado o atual modelo elitista e antidemocrático, no qual praticamente todos os cargos de poder são ocupados unicamente por professores e têm que ser referendados

pelo governo de turno. Propomos que os conselhos comunitários dirijam de fato as instituições, com democracia e igualdade entre os segmentos, seja o docente com pós-doutorado na Alemanha, o trabalhador rural que cuida dos animais tratados no hospital veterinário, a estudante de Oceanografia ou o morador da favela atrás do campus. A educação pública superior precisa ser radicalmente democrática ou corre o risco de, como hoje, ser um espaço de assédio moral, opressão, cooptação de dirigentes por parte de políticos e empresários e sufocamento do potencial científico de seus membros.

Por fim, é essencial que a educação cumpra um papel de vanguarda no combate a toda forma de opressão. Defendemos a educação sexual nas escolas, debate de identidade de gênero e orientação sexual como forma de combater também a evasão escolar de LGBTIs. Pela defesa de uma educação pública laica. Por campanhas de combate a LGBTIfobia nas escolas.

Nas universidades, é fundamental que sejam mantidas as atuais cotas raciais, expandidas para serem proporcionais à quantidade de habitantes negros do Estado e das regiões. Para combater a evasão que afeta principalmente as mulheres, as creches universitárias devem ser para todos os funcionários e estudantes que precisarem. É necessário também criar políticas afirmativas, como cotas e outras, para outros grupos oprimidos e sub-representados, como indígenas, refugiados de países pobres e LGBTIs, em particular a população trans, que tem mais de 90% de seus membros forçados a sobreviver através da prostituição e tem extrema dificuldade para estudar.

Saúde não é mercadoria! Por uma saúde pública de qualidade para todos!

É preciso combater a privatização e a terceirização na saúde, extinguindo da administração pública o modelo de Organizações Sociais ou qualquer outra forma de gestão privada, que tem servido para o desvio de verbas públicas e precarização das condições de trabalho.

É urgente a necessidade de aumento do investimento em saúde pelo governo do Estado, que hoje segue o piso estabelecido em lei, de 12%. Saúde deve ser uma das prioridades do governo.

Há uma grande sobrecarga de trabalho para os profissionais de saúde, que se intensificou com a pandemia de Covid-19. Praticamente, o mesmo quadro de funcionários foi mantido para garantir os atendimentos relacionados à pandemia e todos os outros problemas de saúde. Temos, dessa forma, profissionais de saúde adoe-cidos física e mentalmente e sem reconhecimento do seu trabalho por parte dos governos. Dessa forma, é preciso que haja contratação imediata de mais trabalhadores na saúde, com salários dignos e es-tabilidade, reduzindo a sobrecarga de trabalho e o desemprego.

Defendemos a estruturação do quadro de funcionários públicos da Secretaria de Saúde do estado do Rio de Janeiro. Devem ser realizados imediatamente concursos públicos nas redes estadual e municipal, com plano de cargos e carreira (PCC), em todos os níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária).

Defendemos a reabertura de postos de trabalho fechados nas equipes de saúde em clínicas da família, hospitais e UPAs.

Os hospitais precisam ser recuperados imediatamente, assim como os institutos federais existentes na cidade do Rio de Janeiro, com a realização de um plano de obras e de concurso público para garantia do funcionamento pleno destes estabelecimentos de saúde.

A vacinação contra covid-19 deve ser priorizada em todo o estado, com o fortalecimento das medidas de combate à pandemia para redução do número de óbitos, ainda alto no estado. Para isso é fundamental o apoio do governo do estado a todos os municípios.

Precisamos de mais unidades de emergência e melhor estruturação das unidades de saúde já existentes. Isso pode ser atingido taxando em 40% da fortuna dos grandes bilionários, em especial os bilionários da saúde, e expropriando as unidades de saúde dos grandes empresários, para que sejam integrados ao SUS, juntamente com os trabalhadores destes serviços. A saúde da classe trabalhadora não pode ser fonte de lucro para um punhado de empresários. Defendemos um sistema de saúde totalmente público e gratuito, para todos.

CHEGA DE VIOLENCIA!

4.

Analisando a realidade do Rio de Janeiro fica evidente que o problema da violência não vai ser resolvido com reforço policial. Em primeiro lugar, porque parte importante dessa violência é praticada pelas próprias forças de repressão do Estado. Em segundo lugar, os chamados crimes comuns têm relação com o nível de desemprego e miséria a que a classe trabalhadora é submetida no Estado. Nesse sentido, parte da resposta está na oferta de condições socioeconômicas para que pessoas não recorram ao crime. Porém isso está longe de explicar tudo e solucionar o problema. É preciso um programa que garanta condições socioeconômicas, acabe com o extermínio praticado pelo Estado à população pobre e negra, e ao mesmo tempo corte pela raiz o mercado que sustenta o chamado “crime organizado”.

O autoritarismo e a militarização da segurança pública estão à serviço dos ricos e poderosos que ordenam operações policiais das quais não participam e põem em risco a vida de agentes que, em sua maioria são pobres e moram em subúrbios e favelas, alvos preferenciais de operações violentas. Por isso, defendemos a desmilitarização da Segurança Pública e da Polícia Militar. Por uma única polícia civil estadual e unificada. Por democracia nos quartéis e livre organização dos soldados.

A política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) criadas durante o governo de Sérgio Cabral fracassou. Trata-se de uma política burguesa e racista, responsável pela tortura, assassinato e desaparecimento de Amarildo, em 2013, e que se ancora na chamada “guerra às drogas”. Agora, essa política tenta se repaginar no governo Cláudio Castro (PL) como o nome de “Cidade Integrada”, mantendo a mesma lógica de militarização e violência contra trabalhadores, negros e pobres. Por isso somos contrários às UPPs e ao Cidade Integrada.

A chamada “guerra às drogas” é, na verdade, uma lucrati-

va e violenta guerra aos pobres e trabalhadores. Sob o argumento de combater o tráfico de drogas, as polícias se militarizam e justificam operações violentas que assassinam e ferem trabalhadores e pobres nas favelas e subúrbios do estado. Trata-se de uma política implementada pelos EUA e difundida mundo afora a partir de 1971. No Brasil, essa política tem hoje seu principal instrumento legal na Lei antidrogas de 2006, sancionada por Lula e, além de alimentar a "guerra às drogas", produziu uma explosão do encarceramento no país e no Rio de Janeiro: enquanto preserva da prisão os verdadeiros grandes empresários das drogas, joga em prisões degradantes milhares de jovens negros e pobres que muitas vezes sequer têm vínculo com o narcotráfico.

A criminalização das drogas possui também um forte conteúdo moralista que ignora que parte da população já consome substâncias entorpecentes, como bebidas alcoólicas, e tabaco, e que o consumo de drogas como a maconha, por exemplo, é feito de forma recreativa sem causar prejuízos aos indivíduos ou à sociedade. A descriminalização das drogas deve ser acompanhada, também, de uma política informativa que instrua os indivíduos para um consumo responsável, como ocorre com o tabaco e o álcool. E os indivíduos que por ventura desenvolvam dependência química ou problemas de saúde advindos do consumo de substâncias entorpecentes devem ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A criminalização das drogas alimenta um mercado internacional bilionário. Estima-se que apenas 10% das receitas do tráfico de drogas ficam com os produtores e 90% do restante é dinheiro lavado no asfalto pelo sistema financeiro internacional, com sigilo e em "paraísos fiscais". Por isso, a descriminalização das drogas seria um duro golpe nas organizações armadas de narcotraficantes que

impõem um regime de terror nas favelas e subúrbios das cidades do Rio de Janeiro e que garantem lucros astronômicos para grandes empresários do asfalto.

Por isso, defendemos a descriminalização das drogas. Além de revogar a Lei Antidrogas (11.343/2016), é preciso colocar a produção e a comercialização das drogas legalizadas sob o controle do Estado, e que o lucro da venda seja colocado a serviço dos interesses da classe trabalhadora, revestido em investimentos nos serviços públicos. Por fim, a política de descriminalização das drogas precisará ser acompanhada de uma política de reparações aos negros e pobres atingidos pela chamada guerra às drogas.

Bolsonaro não quer armar o povo. A classe dominante no Brasil sempre morreu de medo de armar os de baixo. Bolsonaro quer armar quem já é muito armado (fazendeiros, e seus bairros milicianos e de extrema-direita) para aumentar a violência contra os trabalhadores e pobres que lutam em defesa de seus empregos e contra a miséria. Por isso, defendemos o direito dos trabalhadores, pobres e setores oprimidos de se autodefenderem contra a violência do Estado e dos bairros milicianos e da extrema-direita.

MEIO AMBIENTE

5.

Propomos a universalização do saneamento básico, com centralidade na coleta e tratamento de esgotos, associado a um plano de urbanização que anule o déficit habitacional.

É urgente garantir um sistema de coleta de lixos sólidos e reciclagem do maior número de materiais possíveis, zerando o descarte nos rios e baía da Guanabara.

Defendemos que as grandes empresas devem ser imediatamente obrigadas a aplicar os mais modernos sistemas de tratamento de efluentes e de gases emitidos. O Estado deve garantir subsídios para que as pequenas empresas possam aplicar esses planos. Propomos a Estatização das grandes empresas que não cumprirem regras ambientais.

Propomos também a proibição de lançamento de efluentes tóxicos nos rios com água para consumo humano.

É preciso construir um plano para fechamento controlado das usinas nucleares de Angra que garanta o máximo reaproveitamento do combustível nuclear e seu armazenamento em condições seguras, associado a um plano de realocação dos trabalhadores da usina de modo a garantir emprego para todos, com os mesmos salários e direitos.

Propomos a estatização da CSN, Petrobrás e grandes metalúrgicas, sob controle dos trabalhadores, com objetivo de garantir o mínimo de impactos ambientais possíveis.

Nem mais uma termelétrica! Devem ser interditados todos os projetos de novas termelétricas, com um plano para fechamento controlado das termelétricas em funcionamento, associado a um plano de realocação dos seus trabalhadores garantindo emprego para todos, com os mesmos salários e direitos.

Propomos também um plano para redução drástica dos au-

tomáveis em circulação: modificar as empresas automobilísticas e metalúrgicas para a construção de ônibus e composições metro e ferroviárias. Defendemos a estatização do transporte metro ferroviário, com aumento de composições e da rede. Privilegiar o transporte ferroviário entre Niterói/ S Gonçalo e Rio de Janeiro pela ponte Rio-Niterói.

**CONTRA TODAS AS
FORMAS DE OPRESSÃO**

6.

A situação de profunda decadência econômica e caos social em que se encontra o Rio de Janeiro é sentida de forma mais dura pelos setores oprimidos da classe trabalhadora. São as mulheres, LGBTIs, negros e negras e as mais afetadas pela fome, pelo desemprego, pela violência do Estado, pela falta de moradia, pelos problemas ambientais. Se o capitalismo não é capaz de garantir saúde, dignidade, segurança, uma boa condição de vida para o conjunto da população, menos ainda é garantido para os que além de serem explorados, são oprimidos pelo racismo, machismo ou lgbtifobia. Por isso, é fundamental mobilizar esses setores para lutar por demandas que representem melhoria das suas condições de vida.

Para isso, é preciso combater, dentro da classe trabalhadora, qualquer expressão de racismo, machismo, lgbtfobia ou outra forma de preconceito ou opressão aos setores da própria classe trabalhadora. A partir deste combate, lutar pela unidade da classe trabalhadora em toda a sua diversidade, incorporando ao programa da classe trabalhadora as lutas e das demandas dos setores oprimidos.

Porém, sabemos que todas as conquistas dentro do capitalismo são parciais, além de estarem sempre ameaçadas de retrocessos. É impossível acabar com o machismo, o racismo e a lgbtifobia enquanto existir esse sistema que se alimenta da opressão para aprofundar a exploração e o controle sobre a classe trabalhadora. Por isso, é fundamental vincular a luta contra a opressão à estratégia da construção de um processo revolucionário, no qual as demandas dos setores oprimidos esteja presente e faça parte do programa que venha a ser construído para uma sociedade socialista.

Colocar na ordem do dia o combate ao racismo no estado do Rio de Janeiro

Precisamos colocar um fim na violência policial contra o povo negro e pobre. Defendemos o direito à autodefesa e ao armamento dos negros e pobres com formação de milícias operárias. Também é urgente a desmilitarização das polícias, para que se tenha democracia nos quartéis, direito à auto-organização dos policiais e direito à greve. A descriminalização das drogas é fundamental também para por um fim na política de encarceramento da juventude negra.

Salário igual para trabalho igual! Em defesa de emprego e renda.

Não à opressão racial e xenofóbica contra asiáticos, africanos e latino-americanos!

Acolhimento em moradias dignas, com acesso a água, materiais de higiene pessoal e materiais de cama, mesa e banho da juventude em situação de rua e em locais de risco ambiental;

Por Reparações aos negros e indígenas! Demarcação de terras indígenas e quilombolas; Restituição dos bens históricos, artísticos e culturais reivindicados pelos povos africanos e latino-americanos!

Acessibilidade em todos os espaços educacionais e culturais!

Chega de machismo e violência contra as mulheres!

Em relação às mulheres, é preciso ter um programa que ataque diretamente o problema da violência contra mulheres, pelo fim do feminicídio, dos estupros, da violência doméstica e dos assédios. Por isso defendemos investimento real em combate a violência, com aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Defendemos que tenham delegacias especializadas com funcionamento 24h e fácil acesso às mulheres, defendemos a criação de centros de referência e casas abrigos para as vítimas e seus filhos. Dessa forma, as vítimas serão

protegidas de fato de seus agressores e terão respaldo para que ocorram mais denúncias (pois atualmente sabemos que muitas vítimas são desencorajadas quando vão denunciar). Além disso, é preciso que haja punição aos agressores. Sabemos que existe muita subnotificação porque muitas vítimas não denunciam devido a impunidade aos seus agressores. Defendemos também que as mulheres vítimas tenham acesso a acompanhamento médico e psicológico pelo SUS.

Entretanto, muitas mulheres são vítimas de violência dentro de um ciclo, que tem relação com questões econômicas, como emprego e renda. Então, para que esse ciclo possa ser rompido, é preciso lutar também pelo fim do desemprego, que atinge especialmente mulheres negras e pobres. Defendemos igualdade de oportunidades e trabalho igual para salário igual.

Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico! Lavanderias públicas e restaurantes comunitários! Creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora, centros de lazer e convivência de idosos e serviços de apoio para todos que necessitam de cuidados especiais!

Direito à maternidade! Licença e salário maternidade/paternidade por 1 ano com estabilidade no emprego. Cobertura integral e qualidade da assistência pré-natal, assistência humanizada.

Direito ao aborto: Educação sexual para decidir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!

O direito ao aborto é uma questão de saúde pública. Milhares de mulheres no Rio de Janeiro e no Brasil realizam abortos clandestinos, mas apenas as mulheres pobres morrem. Isso significa que, independente do aborto ser proibido, eles acontecem! Então, para que as mulheres parem de morrer, defendemos a legalização do aborto para todas, bem como contraceptivos gratuitos para não engravidar. De-

fendemos também educação sexual nas escolas para decidir e para prevenir a violência.

As LGBTIs querem viver! Contra a violência, o desemprego e a miséria: explodir o armário e o capitalismo

As LGBTIs no RJ estão morrendo! Precisamos de campanhas de combate a LGBTIfobia e à violência. A criminalização da LGBTIfobia não pode ser só no papel. Pela criação de delegacias especiais para lidar com as denúncias. Para isso, é necessária a desmilitarização da polícia e a criação de uma polícia civil única controlada pelos trabalhadores.

É urgente também garantir renda para as trabalhadoras LGBTI. Defendemos cotas para pessoas trans nas empresas privadas e públicas. Garantia de trabalho para todos que precisam através da redução da jornada e da criação de frentes de trabalho com cotas para LGBTIs, mulheres, negros e estrangeiros.

É preciso um atendimento de qualidade pelo SUS a todas as demandas da população LGBTI. Por uma política de prevenção ao suicídio, acesso ao tratamento psicológico de qualidade e gratuito pelo SUS. É preciso combater e dar alternativa à violência dos “pseudo-profissionais” que defendem qualquer “tratamento” que se assemelhe à “cura gay”. Precisamos de ampliação dos serviços ambulatoriais para acompanhamento da terapia hormonal no SUS, sem restrição a pessoas trans adolescentes e sem exigência de autorizações psiquiátricas. Também propomos mais verbas e melhores condições de trabalho para os cientistas e pesquisadores das universidades e laboratórios públicos na pesquisa contra o HIV. Pela democratização do acesso à terapia antirretroviral pelo SUS.

Um programa para a juventude do Rio de Janeiro

Para resolver os problemas que atingem a juventude no Rio de Janeiro não existem respostas simples. A luta pela paz social, pela educação e pelo emprego ataca diretamente o direito dos grandes ricos do estado, dos governantes e dos milicianos. Então, o que defendemos para que a juventude tenha acesso a uma vida decente?

Precisamos inverter a lógica que existe hoje no Rio de Janeiro. Tudo é voltado para o lucro de poucos e isso gera toda essa situação de violência e miséria. Defendemos mais investimento em educação pública, para que estudantes possam estudar desde a escola básica até a universidade e consigam se formar, isso significa políticas de permanência estudantil reais e de acesso à universidade. Somos contra qualquer política de privatização do ensino básico ao superior, e defendemos a estatização de toda a educação. Privatização é sinônimo de mercantilização e a utilização da educação para o lucro de poucos! Defendemos também a desmilitarização da PM e o fim das UPPs, que só servem a repressão e ao genocídio da nossa juventude. É preciso ter uma política de legalização das drogas, pois combate diretamente o tráfico e ajuda a pôr fim nessa falsa guerra que vivemos hoje. A juventude merece acesso ao mercado de trabalho, dessa forma defendemos o fim das reformas da previdência e trabalhistas.

Entretanto, estas propostas atacam diretamente os grandes empresários e ricos do nosso estado, pois vai à raiz dos problemas. Dessa forma, eles nunca vão renunciar a isso. Por isso que levamos esse programa para as eleições, para dialogar e mostrar uma saída real para os problemas da juventude. Mas, além disso, queremos mostrar também que nossos direitos não serão alcançados somente através das eleições e que o projeto da juventude também deve estar ligado a luta pelo socialismo.

**É PRECISO DERROTAR A
ULTRADIREITA**

7.

A ultradireita, que hoje se expressa no Bolsonarismo, seguirá existindo, independentemente dos resultados eleitorais. A profunda crise econômica que enfrenta o país se expressa também em uma crise do regime político que surgiu de 1988. O Rio é o ponto mais avançado, político e econômico, dessa crise no momento. A ultradireita se alimenta dessa crise, da decomposição política e social do país e do estado e da ausência de uma alternativa revolucionária que supere pela positiva o capitalismo e a democracia burguesa, ambos decadentes.

Por ser um fenômeno social profundo, a ultradireita não pode ser vencida pelas eleições. É preciso derrotá-la nas ruas, com os métodos da classe operária. Para esse fim, é necessária a mais ampla unidade de ação, com todos aqueles que estão contra o surgiimento e o fortalecimento desses setores.

Ao mesmo tempo precisamos construir, sempre que possível, na ação, a frente única operária, que permita que as lutas da classe trabalhadora, as mais mínimas, possam ser vitoriosas. No seio da Frente Única, quando houver, ou da classe quando não houver, é preciso dar a mais intransigente batalha contra todas as expressões políticas e ideológicas da ultradireita. As ideologias que justificam a opressão de setores de nossa classe, bem como as práticas que as acompanham, não devem ser subestimadas.

Junto com isso, a autodefesa se torna uma necessidade imperiosa. Devemos sempre propor que nossos companheiros se organizem para se defender. Os organismos de frente única, sejam permanentes (como os sindicatos e centrais) sejam episódicos, devem pautar esse tema como central. Somente a ação da classe organizada e nas ruas deterá a ultradireita. Essa política de propor a autodefesa deve ser levada a todos os setores que estão ameaçados

pelo perigo da ultradireita.

Nessa batalha contra a ultradireita não podemos, em nenhum momento, esquecer que o reformismo, e a política de conciliação de classes, não apenas não são um instrumento para enfrentar esse perigo, como historicamente foram a antessala da ascensão desses setores ao poder. Enfrentar a ultradireita consequentemente exige, portanto, enfrentar também as ilusões democráticas e frente populistas das massas e da vanguarda.

**EXPROPRIAR OS
BILIONÁRIOS, ROMPER
COM A RECUPERAÇÃO
FISCAL, CRIAR UMA
CADEIA PRODUTIVA DO
PETRÓLEO SOB CONTROLE
DOS TRABALHADORES.**

8.

Para a burguesia que governa o Estado, os royalties são uma alavanca para que os negócios deles funcionem. Para que o Regime de recuperação fiscal funcione, eles esperam recuperar até 2030 um montante em torno de "R\$ 20 bilhões relativos a contenciosos tributários do ICMS e a participações especiais não pagas, que iriam para os cofres da fazenda estadual, e R\$ 5,4 bilhões, das mesmas origens, para os municípios produtores".

Tanto quanto os bilionários residentes no território fluminense como para a burguesia tradicional do Estado, a característica que os unifica é o rentismo que ganham com suas isenções, isto é, deixam de pagar impostos pelo fato de estar localizados neste território. Esse dinheiro a menos que pagam aumenta a margem de lucro, mas sem fazer nada para isso. A burguesia, que tem o poder desde seu comando de negócios estadual, só espera por fatias do preço do barril de petróleo, que entrem no orçamento, como percentual (entre 5 e 10%) das alíquotas dos royalties. Se apropriam de parte do valor criado pelos trabalhadores sem fazer nada.

Para que os trabalhadores consigam sair da crise devem expropriar esses bilionários. É um escândalo que existam 37 pessoas no Estado acumulando uma riqueza que poderia resolver todos os problemas que atingem a classe trabalhadora. Também propomos a proibição da remessa de lucros para o exterior. É preciso usar essa renda para quem precisa! Além disso, é necessário nacionalizar a Petrobras com controle dos trabalhadores, só dessa forma teria uma base material para que um governo socialista consiga recompor o emprego pleno para todos os que moram e criam riqueza. É necessário um conglomerado industrial que consiga extrair óleo e gás, que transforme logo em produtos e derivados e que finalmente revenda para os consumidores, dessa forma menos intermediá-

rios querendo pegar fatia de lucro. O regime de recuperação fiscal seria rompido de fato, a dívida pública deve ter auditoria e não ser paga, para logo reverter esse dinheiro nos déficits de saúde pública e previdência social.

Precisamos acabar com todas as isenções fiscais. Nem um centavo de nosso dinheiro para as grandes empresas. As isenções fiscais não são mais que a legalização da sonegação. É preciso auditar todos os acordos de isenção fiscais feitas. É necessário confirmar se foram cumpridos os acordos, também é fundamental ver a relação entre as empresas beneficiadas com a isenção fiscal e as doações aos partidos e governantes que fizeram estas isenções. A comprovação de fraude ou relações escusas entre as empresas e os partidos e governadores envolvidos deve ser motivo do cancelamento de todos os benefícios e cobrança retroativa dos valores isentados.

É necessário também revogar a lei de responsabilidade fiscal. Propomos inverter a lógica dos gastos públicos. Os gastos devem ser em primeiro lugar com as áreas sociais, as verbas de saúde e educação têm que ser aumentadas, os salários dos funcionários públicos devem ser prioridade. A alíquota de 14% para previdência dos servidores deve ser reduzida para patamares menores ao 10% do vencimento do trabalhador. Nem um centavo para os banqueiros! Verbas para as áreas sociais! Os salários dos trabalhadores das empresas estatais são prioridade.

**O RIO DE JANEIRO E O
BRASIL PRECISAM DE UMA
REVOLUÇÃO SOCIALISTA**

9.

Buscamos apresentar aqui propostas que podem de fato mudar o rumo do Rio de Janeiro e solucionar os principais problemas que afetam a vida da classe trabalhadora no Estado. Essas propostas representam uma ruptura com a lógica do capitalismo, onde para garantir o lucro de uma dúzia de burgueses se condena à miséria milhões de trabalhadores. Sem inverter essa lógica, colocando a riqueza do RJ e do Brasil a serviço daqueles que a produzem, qualquer proposta de mudança não passa de uma promessa infundada.

Mas o programa exposto aqui também não é possível de ser levado adiante se não for por obra de uma ampla mobilização da classe trabalhadora. Nesse sentido, defendemos a construção de um processo revolucionário no país, para o qual acreditamos que o Rio de Janeiro deve se colocar como vanguarda, dados os níveis de barbarie capitalista que aqui já se apresentam.

Os trabalhadores precisam construir uma nova forma de governar. Propomos um governo baseado em conselhos populares. Os conselhos populares devem ser ao mesmo tempo organismos de administração e instrumentos para organizar e mobilizar a população em defesa de seus interesses. Devem garantir a independência de classe, sendo impedidos de participar os patrões, os grandes empresários, os especuladores de todo tipo e os partidos que defendem os interesses desses grupos. É preciso eleger nos bairros, fábricas, comércios, trabalhadoras e trabalhadores que assumam a administração do Estado. Representantes eleitos em assembleias, que a população possa fiscalizar e retirar de seus mandatos quando achar necessário.

A burguesia fluminense é completamente subordinada à burguesia internacional. Qualquer ameaça a seus interesses é também uma ameaça ao imperialismo. Entendemos que uma revolução no

Brasil deve ser parte de um processo latino-americano e mundial, única saída para impedir a recolonização, a destruição ambiental e o aumento progressivo da opressão e da exploração dos trabalhadores em todo o mundo.

CYRO GARCIA
SAMANTHA GUEDES **16**

